

CRISTIANE MACHADO

***“A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA SOCIALIZAÇÃO
DA CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA ”***

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1.995

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	TUNICAMP
	M18i
V.	Ex.
TOMBO BC/	26399
PROC.	667/96
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	13/01/96
N.º CPD	

ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS

CM-00082830-9

ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO FE/UNICAMP

Machado, Cristiane
M18i A influência da família na socialização da criança institucionalizada / Cristiane Machado. – Campinas, SP : [s.n.], 1995.

Orientador : Olga Rodrigues de Moraes von Simson
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação

1. Crianças. 2. Família. 3. Instituição social. 4. Socialização.
I. Simson, Olga R. de Moraes von. II. Universidade Estadual
de Campinas. Faculdade de Educação. II. Título.

ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS

060 1

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na área de concentração Ciências Sociais aplicadas à Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson.

*Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação defendida por Cristiane
Machado e aprovada pela Comissão
Julgadora.*

Campinas, 31/08/1995

Assinatura: Olga P. de Moraes van J. Silva

COMISSÃO JULGADORA:

Olga R. de Moraes Coutinho

Anna Lúcia S. de Faria

Therese Marie F. F. F. F.

Campinas, 31/08/1995

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Mário e Ziza, e aos meus irmãos, Mário Fernando, Ricardo e Carlos Eduardo que constituem a família na qual me formei, sendo portanto a base e justificativa para a realização deste trabalho.

_ À CAPES, pelo financiamento deste trabalho...

_ Às instituições, pela aceitação de conviverem por uma ano “com uma estranha no ninho”...

_ Às crianças, pela participação alegre, carinhosa e entusiasta...

_ À minha orientadora Olga R. M. von Simson, pela objetividade e segurança com que conduziu a orientação...

_ À todos os interlocutores deste processo de dissertação...

... O MEU MUITO OBRIGADA

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de discutir qual a influência que a família tem na socialização da criança que frequenta uma instituição, através da manutenção de uma relação mais ou menos constante com ela.

No primeiro capítulo serão discutidos o caminho metodológico percorrido e os referenciais teóricos que embasam a pesquisa.

Para fazer um estudo comparativo foram pesquisadas duas instituições que atendem crianças, estabelecendo relações diferentes entre ela e sua família. Uma instituição abriga as crianças em tempo integral, ou seja, de dia e de noite, e a outra fica com a criança no horário em que ela não está na escola, proporcionando que a noite seja passada com seus familiares. O trabalho de campo será exposto no segundo capítulo da dissertação.

As considerações finais compõem o terceiro e último capítulo da pesquisa, onde são ressaltadas duas discussões, a primeira diz respeito ao cotidiano das instituições e como sua proposta de trabalho interfere na relação que as crianças desenvolvem na sociedade mais ampla.

A segunda discussão, refere-se à experiência de "morar na rua", vivida por todas as crianças que moram em uma das instituições pesquisadas e destaca as implicações que esta experiência traz para os seres humanos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

A DISCUSSÃO METODOLÓGICA

1.1 - O CAMINHO PERCORRIDO.....	18
1.2 - ESTUDOS SOBRE CRIANÇA.....	38
1.3 - ESTUDOS SOBRE FAMÍLIA.....	52
1.4 - ESTUDOS SOBRE INSTITUIÇÃO.....	63
1.5 - O OBJETO DE PESQUISA "A SOCIALIZAÇÃO".....	72

CAPÍTULO II

O TRABALHO DE CAMPO

1- A CASA JIMMY HENDRICHS

1.1 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	77
1.2 - A QUESTÃO DA AFETIVIDADE.....	84
1.3 - A RELAÇÃO FAMILIAR.....	87
1.4 - A ESCOLA.....	89

2 - A CASA SÃO JERÔNIMO

2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	92
2.2 - A QUESTÃO DA AFETIVIDADE.....	95
2.3 - A RELAÇÃO FAMILIAR.....	97
2.4 - A ESCOLA.....	98

CAPÍTULO III

1 - AS INSTITUIÇÕES.....	101
2 - A EXPERIÊNCIA DE " MORAR NA RUA "	111
* BIBLIOGRAFIA.....	118

INTRODUÇÃO

Graduei-me no ano de 1.991 em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Campinas. Durante este ano, elaborei uma monografia que discutiu as formas de trabalhar a educação de rua de duas instituições. Uma era particular, coordenada pela professora Maria Rosa Marafon da PUCCAMP e a outra era a Casa Aberta, pertencente a Secretaria do Menor do Estado de São Paulo, portanto com caráter público.

A instituição coordenada pela professora Maria Rosa Marafon desenvolvia um projeto de alfabetização para as crianças de rua, juntamente com suas alunas. Este trabalho era dividido em duas etapas, a primeira era a de entrar em contato com os meninos na rua e posteriormente levá-los para o prédio da PUCC central, aos sábados, onde eles, na segunda etapa, recebiam aulas de alfabetização na parte da manhã e depois almoçavam.

A outra instituição estudada era a Casa Aberta da Secretaria do Menor, que atualmente não existe mais. Neste trabalho os educadores iam até as ruas, nos lugares frequentados pelas crianças e após alguns contatos com eles começavam a desenvolver atividades lúdicas (quebra-cabeças, colagens, etc.) e artesanais (pinturas e pequenas montagens com sucata). Quando os educadores sentiam que o relacionamento entre eles e as crianças estavam mais estruturados, convidavam-nas para frequentar a Casa Aberta.

O local era uma casa alugada pela Secretaria do Menor do Estado de São Paulo, com a finalidade de se tornar um referencial para as crianças que moravam nas ruas. Dentro da Casa existiam algumas regras que uma vez seguidas davam às crianças o direito a frequentá-la e a participar das atividades propostas, (pintura, desenho, marcenaria) além de utilizar o chuveiro para tomar banho e a área de serviço para lavar e secar roupas.

Minha pesquisa, na graduação, teve como objetivo observar essas duas formas de se trabalhar com educação de rua e as visões implícitas contidas nas duas propostas desenvolvidas, durante o ano de 1.991.

Por ter o objetivo descritivo a pesquisa era muito mais um exercício de observação de uma realidade, não contendo assim a expectativa de conclusão a ser exposta na monografia.

Durante o desenrolar da pesquisa tentei buscar as relações pessoais que tinha com o tema pesquisado. Não consegui definir muita coisa, aliás quase nada, a não ser que o tema criança sempre chamou minha atenção do ponto de vista afetivo o que me levava constantemente a questionar teoricamente o assunto.

Até então o convívio que tinha com crianças era com as da minha família, mas durante o ano de 1.991, trabalhei em uma escola infantil como professora de crianças entre dois anos e meio e tres anos e meio de idade. Essa experiência alimentou ainda mais as reflexões que já fazia sobre o tema.

O que estava definido, para mim, até então era a relação estreita e significativa que estabelecia no convívio com as crianças. Mas, ainda era nebuloso o sentido que

gostaria de dar à minha pesquisa, era como se soubesse que o caminho era criança, mas o que propriamente gostaria de tentar abordar academicamente, como objetivo da pesquisa, ainda era obscuro.

Hoje reconheço que meu trabalho na graduação foi elaborado com falhas, o que me deixou um tanto insatisfeita durante e depois do processo de conclusão da monografia. Acredito que as falhas existentes se deram não só por inexperiência de pesquisa mas também por falta de embasamento teórico, o qual na graduação foi bastante incipiente. Sentia necessidade, principalmente, de estudar temas relacionados à educação porque sempre trabalhei como professora e no currículo da Faculdade estes assuntos eram pouco tocados.

No ano de 1.992, ao terminar a graduação, matriculei-me como aluna especial em tres disciplinas do curso de Pedagogia da UNICAMP, com o objetivo de buscar novos subsídios teóricos para pensar a educação. As disciplinas cursadas foram Psicologia da Educação, Sociologia da Educação e Comportamento Humano.

Na intenção de fazer pós-graduação procurei o departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP, pois essa era a minha área de formação, para apresentar a pesquisa elaborada na graduação e saber das perspectivas para concorrer ao curso de mestrado.

No departamento fui informada que a Prof. Olga von Simson era quem trabalhava com educação informal. Procurei-a, conversamos e disse que gostaria de fazer a seleção para o mestrado e se ela poderia ajudar-me na elaboração de um projeto.

A referida professora, após um primeiro contato com a monografia da graduação, prontificou-se em orientar-me e indicou algumas leituras.

Após várias leituras e conversas com minha orientadora chegamos a conclusão que o tema "criança em situação de risco" não possuía uma discussão mais aprofundada sobre suas famílias de origem e as relações existentes entre o indivíduo e o grupo familiar, e as instituições frequentadas por essas crianças.

Com o objetivo de definir o objeto e a problemática da pesquisa a prof. Olga indicou-me uma bibliografia mais atualizada sobre criança. Após analisarmos essa bibliografia em profundidade, chegamos a conclusão que dentro do tema "criança em situação de risco" a questão família de origem e o relacionamento entre essas duas variáveis da pesquisa eram pouco discutidas, principalmente em relação às crianças que frequentavam instituições. A família da criança quase sempre era uma referência menor dentro dos textos com que tive contato.

Na tentativa de preencher a lacuna percebida e também de responder alguns questionamentos pessoais, gerados pela experiência que havia tido na graduação, elaborei o projeto que contemplou a seguinte discussão "*A influência da família na socialização da criança institucionalizada*". Com este projeto fui selecionada para o programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, com início em 1.993.

Para obter uma visão mais ampla da influência da família na socialização da criança institucionalizada, decidi fazer um estudo que contemplasse duas instituições diversas quanto a forma de trabalhar a relação "criança em situação de risco" e seu

grupo familiar de origem. Optei, portanto, por fazer pesquisa em duas instituições que abrigavam crianças na cidade de Campinas.

O Padre Haroldo Rahm é o responsável pela Casa de Jimmy Hendrix, instituição pesquisada que abriga crianças em período integral (durante o dia e a noite). A Casa de São Jerônimo é coordenada pela Padre Enzo Campagna e abriga crianças no horário que elas não frequentam a escola.

A definição da pesquisa que seria desenvolvida no mestrado e minha integração ao Programa de Pós-graduação da Unicamp, colaboraram para a legitimação das ações práticas que desenvolvia na sociedade mais ampla, através da participação em organizações não-governamentais.

A primeira participação que tive em grupos informais que discutiam a questão da criança foi no CRAMI (Centro Infantil de Atenção aos Maus Tratos na Infância). Por indicação da Prof. Maria Rosa Marafon, busquei um contato com a entidade para conhecer o material que possuíam sobre criança e fui convidada a participar de reuniões que discutiam a violência contra crianças.

As atividades que desenvolvia paralelamente à academia me possibilitaram conviver com pessoas que possuíam muito trabalho empírico com o meu tema de estudo.

Foi através do Padre Enzo Campagna que conheci o Fórum Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente, organização não-governamental, que tem o objetivo de defender as crianças e adolescentes e fazer cumprir o Estatuto em todos os níveis de ação.

Este Fórum compõe-se de dois momentos: um é o das assembléias que acontecem na Câmara Municipal de Campinas quinzenalmente, sessões estas abertas à participação de qualquer pessoa interessada.

O outro momento é o da Secretaria Executiva, da qual participei como vice-coordenadora durante o segundo semestre de 1.994. Esta Secretaria se reúne também quinzenalmente e tem o objetivo de pautar questões que serão levadas às assembléias e de propor metas de trabalho, visando sempre promover e defender os direitos e interesses das crianças e adolescentes.

Como pesquisadora dou assessoria voluntária às duas instituições em que desenvolvo trabalho de campo. Na Casa de Jimmy Hendrichs, instituição presidida pelo padre Haroldo Rahm, desenvolvo atividades de reforço pedagógico e já coordenei exercícios físicos que tinham o objetivo de desenvolver o sistema neurológico das crianças. Esta atividade era coordenada por Maria Carmem de Lucca Menezes, bióloga, voluntária que colaborava com a instituição desenvolvendo um projeto que visava estimular o potencial humano das crianças.

Na Casa de São Jerônimo, instituição financiada pelos padres Somascos e presidida pelo padre Enzo Campagna também colaboro nas atividades de reforço pedagógico durante uma hora nas segundas-feiras (dia que frequento esta instituição) e desenvolvo também atividades de dinâmica de grupo com o objetivo de mostrar às crianças que sabendo ouvir os outros, conseguiremos nos fazer ouvir também.

Nesta instituição, à pedido do padre Enzo e de Luis Carlos Basseto (coordenador do trabalho com as crianças), assessoro também o projeto que eles

desenvolvem . Periodicamente fazemos reuniões com as pessoas envolvidas no trabalho e avaliamos as atividades desenvolvidas, a postura de cada pessoa que trabalha com as crianças, o comportamento das crianças e algumas questões conjunturais que surgem no dia-a-dia.

A intenção desta avaliação é a de estar sempre revendo e rediscutindo o trabalho desenvolvido, para observar se ele está correspondendo ao seu objetivo original, que é o de tentar mostrar para as crianças que podem existir coisas mais interessantes do que ficar perambulando pelas ruas.

Participando do Fórum Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente de Campinas, que tem o objetivo de discutir, defender, propor e elaborar questões relacionadas às crianças e aos adolescentes, percebi que, infelizmente, muitas das pessoas que se propõem a trabalhar mais efetivamente nessa questão possuem conceitos teóricos ultrapassados a respeito das razões que levam as crianças para as ruas.

Muitos ainda vêem essa questão como desvinculada da estrutura sócio-econômica vigente, como se as crianças ficassem nas ruas porque quisessem e que a solução do problema está na implantação de casas (particulares ou públicas) para abrigarem essas crianças.

Por um outro lado, muitas pessoas que conheci dentro do Fórum D.C.A. possuem uma visão engajada e atualizada. Estas pessoas se tornaram meus interlocutores preferenciais e me ensinaram muito através do nosso relacionamento, pois são pessoas realmente comprometidas com a causa da criança e do adolescente e não

estando acomodadas, cada vez mais estão se organizando como um grupo consistente, desejoso de mudanças estruturais na sociedade.

Tenho exercido também, ao longo dessa trajetória, atividades de caráter político-partidário que me permitiram ampliar as experiências relacionadas à problemática da minha dissertação.

Enquanto aluna do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP participei como representante discente do departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação na Comissão da Pós-Graduação. Representei os alunos também nas discussões de departamento e fui representante discente da pós-graduação no Conselho Universitário, órgão da UNICAMP em que são aprovadas ou rejeitadas todas as decisões tomadas na Universidade.

Durante o ano de 1.994 atuei como professora da disciplina de Sociologia e Sociologia de Educação no Magistério noturno do colégio Carlos Gomes, que pertence a rede estadual de ensino, experiência que me fez refletir sobre a qualidade do ensino público e a necessidade de reciclagem dos professores de nível médio.

Na Assembléia Geral no dia 07.01.95, fui eleita para representar os Movimentos Populares no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Campinas. Segundo artigo 88 do ECA este Conselho é o "órgão deliberador e controlador das políticas de atendimento em todos os níveis de ação". Com o objetivo de organizar seus trabalhos o Conselho criou uma Diretoria Executiva, da qual faço parte como primeira tesoureira.

A experiência prática, legitimada pelas reflexões teóricas realizadas, me fizeram perceber a importância do trabalho acadêmico, mas o risco dele se tornar desmotivante se não for alimentado pela observação da sociedade que questionamos e efetivamente retornado à mesma através de uma atuação concreta.

Ao mesmo tempo que verificava o enriquecimento que a teoria oferecia à prática e esta à teoria, sentia preocupação quanto a interferência exagerada de uma sobre a outra e de uma possível perda da lucidez, tanto para trabalhar minha dissertação como para participar das discussões da sociedade.

Preocupava-me a idéia de estar deixando a prática influenciar minhas hipóteses teóricas e conseqüentemente estar fazendo ciência de forma equivocada. Neste sentido, busquei novas leituras e questionava com frequência os "comos" e "por quês" dessa preocupação.

Meus questionamentos me fizeram pensar muito na formação obtida na graduação, que percebi era mais Durkheiminiana do que Marxista ou Weberiana. Minha preocupação estava quase sempre nas regras propostas pelo "Pai da Sociologia" de que devemos analisar os fatos sociais como "coisas", afastar da ciência todas as "pre-nóções" e de que para fazermos ciência social obrigatoriamente deveríamos seguir "regras" ou seja "as regras do método sociológico".

Decidi retomar as leituras clássicas das Ciências Sociais, Durkheim, Marx e Weber, para obter uma visão mais ampla desses autores e conseguir estabelecer um paralelo entre suas concepções.

Comecei por Durkheim e sua obra "As regras do método sociológico" (1.982), onde estão contidas todas as "obrigações" do sociólogo que deseja fazer ciência, segundo este autor.

Destaquei teorias sobre "fato social" e "pré-noções", questões mais encontradas quando temos um relacionamento próximo entre nossa prática e a teoria científica.

Durkheim diz que devemos tratar os fatos sociais como "coisas", ou seja, não filosofar sobre a natureza deles e nem discutir as semelhanças que possuem com as outras ciências, "... basta constatar que eles são o único *datum* oferecido aos sociólogos."¹ A base do seu método científico reside na regra de "afastar as pré-noções", para justificar esse paradigma o autor parte do pressuposto de Descartes de que devemos duvidar de todas as idéias que recebemos anteriormente para fazermos ciência, pois o sociólogo deve proibir a si próprio "... o emprego de conceitos formados exteriormente à ciência e para fins que nada tem de científico".²

A obrigatoriedade da distância entre pesquisador e pesquisado, emprestada das Ciências Naturais, fez com que a ciência proposta por Durkheim ficasse conhecida como ciência positiva ou positivismo. Para este sociólogo a Ciência Social somente seria alcançada se o cientista embasasse seus métodos nos mesmos utilizados pelas Ciências Naturais.

Nas orientações que fazíamos, minha orientadora e eu, sempre discutíamos essa preocupação, que não era só minha, mas dela também, o que fazia com que ela indicasse várias leituras no sentido de elucidar a questão.

¹ - op. cit. ,DURKHEIM, Émile, AS REGRAS DO MÉTODO SOCIOLOGICO, S.P., Companhia Editora Nacional, 1.982, grifo do autor, pg. 24.

² - op. cit., idem, ibidem, pg. 28

Relendo as obras de Weber encontramos a discussão que contemplava com maior eficiência o que buscávamos, pois este sociólogo, diferentemente de Durkheim, acreditava que o trabalho científico de nada valeria caso sua inspiração não fosse gerada através da paixão, "experiência viva da ciência".³

Proferindo uma palestra com o título "A ciência como vocação", Weber define a ciência através da alegoria da Caverna, utilizada por Platão no livro sétimo da República, nessa caverna havia vários prisioneiros confinados, com os rostos voltados para as paredes, o que não lhes permitiam ver a luz, mas somente a projeção que as sombras desta causavam dentro da caverna. Acontece que um dia um dos prisioneiros conseguia romper os grilhões que o prendiam e vai até a entrada da caverna, deparando-se com a luz do sol. Com a claridade, o homem, fica desorientado e só consegue balbuciar, seus companheiros o consideram louco. Para Platão seu dever é o de conduzir os homens para que também vejam a luz.

Para Weber o primeiro homem "é o filósofo, e o sol representa a verdade da ciência, cujo objetivo é o de conhecer não apenas as aparências e as sombras, mas também o ser verdadeiro."⁴

Weber acreditava que para a ciência o momento de inspiração deveria ser totalmente diferente da proposta de Durkheim, cuja proposta é de analisar os fatos sociais como "coisas", afastando deles todas as "pré-noções". Weber critica esta forma de se iniciar a ciência e propõe totalmente o inverso, ou seja, todo cientista deve ter consciência da vida que já existiu antes dele ter acesso à ela e outras várias vidas

³ - op. cit. WEBER, Max, CIÊNCIA E POLÍTICA, DUAS VOCAÇÕES, S.P., Cultrix, 19.72, pg. 25.

⁴ - op. cit., idem ibidem, pg. 32

ocorrerão, "milhares de anos se escoaram antes de você ter acesso à vida e milhares se escoarão em silêncio".⁵

A preocupação de Weber, depois de reconhecer a paixão como inspiração para a ciência, vai ser com a manutenção da objetividade e racionalidade das ciências sociais, temas centrais nos quais este autor formula sua metodologia. Por mais intensa e sincera que seja a paixão, ela por si só não assegura o êxito da ciência. Para a realização da mesma precisamos de conceitos, que são "um dos maiores instrumentos de conhecimento científico".⁶ Os conceitos fornecem os procedimentos para a experimentação racional, necessária para se ter conhecimento da realidade estudada de forma objetiva.

Apesar da divergência de Weber em relação ao positivismo, no que se refere à inspiração para a ciência, podemos perceber que sua obra converge com a proposta positivista na "idéia da ciência social livre de juízos de valor"⁷ que seria alcançada com sua proposta metodológica.

Analisando a produção científica de Weber podemos inferir que a ciência é efetivada pelo equilíbrio que o pesquisador deve buscar, entre a paixão e a razão, bipolaridade que se tornou objeto de vasta análise por parte este sociólogo.

Comentando um dos problemas centrais da reflexão Weberiana, SAINT-PIERRE (1.994) diz que para Weber a relação entre conhecimento científico e prática sempre foi problemática, porque "se de um lado a ciência, mediante o cálculo e a previsão, pode

⁵ - op. cit. idem, ibidem, pg. 25

⁶ - op. cit. idem, ibidem, pg. 33

⁷ - op. cit., LÖWY, Michael, IDEOLOGIAS E CIÊNCIA SOCIAL, S.P., Cortez, 1.985, pg. 45.

orientar tecnicamente a ação, por outro, é só através da ação que aquela obtém seu sentido, isto é, *progride*.⁸

Preocupado com dificuldades tanto na investigação como nas exigências políticas de sua época, Weber decide debruçar-se sobre sua metodologia, pois discordava do positivismo considerando que este reduzia as ciências histórico-sociais às ciências da Natureza.

A originalidade da teoria weberiana está no plano metodológico, porque vai retirar o fundamento das Ciências histórico-sociais do âmbito psicológico ou transcendental para ancorá-lo estritamente na metodologia das Ciências Sociais.

A leitura das obras deste sociólogo trouxe-me a compreensão da importância de estarmos avaliando o trabalho científico e sua relação com a prática.

Para não deslizar teórica e praticamente observava atentamente as condições fundamentais, com as quais Weber constrói sua teoria do conhecimento. A primeira é que devemos erradicar os juízos de valor do discurso científico, isto é, não podemos pensar que um valor indiscutível para nós também o seja para as outras pessoas, cada um avalia valorativamente sua vida conforme suas preferências. A segunda é que todos os enunciados científicos devem ser verificados empiricamente.

Relendo obras de Marx também senti a importância da experiência prática para se fazer ciência e, principalmente para sabermos como nos posicionarmos frente às questões sociais que investigamos. Este autor não dedica uma obra exclusivamente a questão da metodologia nas Ciências Sociais, porque assumidamente, seu propósito

⁸ - op. cit., SAINT-PIERRE, Héctor, MAX WEBER, ENTRE A PAIXÃO E A RAZÃO, Campinas, Editora da Unicamp, 1.994, pg.11

não era fazer ciência, mas sim mostrar que toda teoria parte do ponto de vista de uma classe e que "ponto de vista e conhecimento científico não são contraditórios".⁹

Marx, no conjunto das suas obras declara que toda sua teoria tem por base o ponto de vista da classe proletária, e é a serviço de sua emancipação que sua produção intelectual é realizado. O objetivo de seu trabalho foi mostrar que somente a classe proletária, pelas condições de exploração em que vivia, é que poderia fazer a revolução pois à classe burguesa, detentora dos meios de produção, liderando o sistema capitalista, esta não interessaria.

Em nenhum dos escritos de Marx encontramos uma sistematização de sua teoria, o que encontramos são observações pontuais, como peças de um quebra-cabeças e juntando-as, é que podemos ver aparecer a teoria implícita.

Marx analisa a sociedade de forma dialética, termo este utilizado a partir de Hegel, com algumas modificações feitas por ele. O método dialético difere amplamente da teoria positivista, pois enquanto aquele propõe uma distância entre as partes a dialética vai propor uma inter-relação, onde uma parte age sobre a outra havendo simultaneamente "transformação".

Aqui, como na teoria weberiana, o papel do pesquisador e sua relação com o sujeito pesquisado é imprescindível para o desenvolvimento da produção científica.

Dentro das Ciências Sociais a discussão em torno da relação entre o pesquisador e o sujeito pesquisado adquiriu volume nas últimas décadas, aprofundou-se o debate teórico sobre as metodologias utilizadas ampliando suas áreas de atuação e as

⁹ - op. cit., LÖWY, Michael, IDEOLOGIAS E CIÊNCIA SOCIAL, S.P., Cortez, 10. edição, 1.985, pgs. 96 e 97.

técnicas usadas como complemento ao método escolhido. Várias são as publicações que contemplam essa discussão tanto na sociologia como na política e na antropologia.

Ressaltando as mudanças ocorridas nas últimas décadas na investigação antropológica, DURHAM (1.988) observa que seu resultado encontra-se na quantidade e na qualidade dos trabalhos publicados.¹⁰

Hoje, a preocupação em torno da pesquisa em Ciências Sociais não é mais somente sobre a melhor forma de se empregar a metodologia escolhida, ou qual a postura que o pesquisador deve ter em relação aos sujeitos pesquisados ou ainda qual o referencial teórico utilizado dentro dos clássicos das Ciências Humanas. Assistimos atualmente um deslocamento da preocupação conceitual para a ação do pesquisador, ou seja, "o trabalho de campo".

Os resquícios da teoria positivista fizeram com que muitos pesquisadores tentassem manter não só distância do objeto de pesquisa, como também buscar não influenciar no campo pesquisado.

Enquanto as pesquisas de caráter globalizante conseguiam explicar a sociedade brasileira ficava mais fácil adequar os paradigmas clássicos ao objeto de pesquisa, ao passo que com o surgimento da exigência por parte da sociedade de pesquisas como as de análise de movimentos, comportamentos e instituições, aqueles paradigmas até então utilizados se tornaram insuficientes porque com a emergência de pesquisas à níveis micro, os próprios sujeitos estudados esperam e muitas vezes cobram resultados do trabalho do pesquisador.

¹⁰ - Ver DURHAM, Eunice, "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas" in: CARDOSO, Ruth (org.), A AVENTURA ANTROPOLÓGICA, S.P., Paz e Terra, 1.988.

Acreditamos ser inconcebível a idéia de que podemos nos relacionar com o objeto pesquisado e não influenciá-lo. Mesmo que não haja intervenção do pesquisador na rotina dos sujeitos pesquisados, a sua presença, ainda que silenciosa, altera as relações ali existentes.

Desta forma, os pesquisadores tiveram que se adequar às mudanças ocorridas, principalmente no tocante à sua postura no trabalho de campo. Não é possível imaginar uma pesquisa onde o pesquisador possa permanecer neutro, porque os próprios sujeitos pesquisados passaram a exigir dele uma identificação política e um retorno imediato dos resultados de sua pesquisa.

Podemos dizer que muitas vezes hoje fazer pesquisa de campo pode ser um trabalho permeado pela militância, o que às vezes nos faz correr o risco de perdermos o caráter científico que nos levou a buscar os sujeitos da pesquisa.

Outro risco que corremos é o de apresentar resultados incipientes ou por inconsistência metodológica ou teórica, pois "se a transformação da natureza do trabalho de campo apresenta aspectos muito positivos, não deixa de ser verdade que a reflexão teórica e metodológica tem se revelado um tanto omissa quanto aos problemas epistemológicos envolvidos."¹¹

A discussão sobre as mudanças na forma de se fazer pesquisa tranquilizou um pouco minhas inquietações, passei a ver minha "paixão" pelo tema que pesquiso no sentido weberiano de "inspiração", o que me faz crer que é este o caminho para fazermos ciência.

¹¹ - op. cit., idem, ibidem, pg. 27

A aplicação consistente da metodologia nos garante a manutenção de uma objetividade necessária para realização da ciência. Vejo o trabalho de militância que desenvolvo com mais um dado para embasar o tema que pesquiso academicamente.

Acredito estar convivendo melhor com a dualidade existente na minha trajetória pessoal, paixão/razão, porque a discuto de forma dialética e procurarei sempre estar questionando esta dualidade, porque ela é hoje o compromisso que adquiri com minha pesquisa, compromisso com a academia e principalmente, com os sujeitos pesquisados, pois como diz uma experimentada socióloga - "no próprio momento em que escolhem um objeto de estudo que aparentemente lhes é indiferente, oculto nele está seu país, que buscam compreender e melhorar."¹²

¹²- op. cit., QUEIROZ, Maria Izaura P. O CARNAVAL BRASILEIRO, S.P., Brasiliense, 1.992, pg. 23.

CAPÍTULO I

A

DISCUSSÃO

METODOLÓGICA

A DISCUSSÃO METODOLÓGICA

“... eu vi um menino correndo, eu vi o tempo brincando ao redor do caminho daquele menino, eu pus os meus pés no riacho e acho que nunca os tirei...”
(*Força Estranha* - Caetano Veloso)

1- O CAMINHO PERCORRIDO

A pesquisa foi desenvolvida sob o título de *“A influência da família na socialização da criança institucionalizada”*. Sendo a socialização o objeto de pesquisa deste trabalho, o tema será discutido mais amplamente no item 5 deste capítulo.

A criança que pesquiso é aquela que não tem suas necessidades básicas, como educação, saúde e habitação, atendidas pela família, encontrando como opção de sobrevivência a institucionalização.

Durante algum tempo esta criança foi chamada de “menor”, principalmente pelos órgãos jurídico-assistenciais que, pautavam suas classificações de acordo com o Código de Menores que começou a vigorar no país em 1.927 pelo Decreto 17.934-A.

O primeiro capítulo do Código de Menores, expressa o objetivo e a finalidade da Lei, que é “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade”.

Para os juristas, o exercício dos direitos e deveres na sociedade está baseado no princípio da "capacidade". Alguns juristas modernos entendem que toda pessoa tem capacidade para o exercício da cidadania, aqui ela é chamada de "capacidade jurídica". Existe um aspecto na capacidade que os juristas chamam de "capacidade de fato", que é composta de certas condições definidas por lei. Portanto a responsabilidade jurídica (casar, votar, ser votado, firmar contrato, etc.) depende da "capacidade de fato" que a pessoa tenha no seu conjunto de condições pessoais. No Brasil a idade determina a "capacidade de fato" em algumas questões, quem não tem 18 anos não pode ser submetido às penas da lei, com menos de 21 não alcançamos nosso pleno exercício da responsabilidade civil e quem tiver menos de 35 anos não pode candidatar-se a Senador da República.

Dentro deste contexto, SÉDA (1.991) define o termo "menor" como constituído pela relação com o estado de "...maioridade, idealizado muitas vezes por deformações dos adultos."¹

Analisando a literatura produzida no Brasil sobre infância, ALVIM e VALLADARES (1.988), ressaltam que a partir da década de 20 a infância passa a ser objeto de discussão jurídica. São criadas leis para regulamentar o trabalho do menor na intenção de torná-los absorvíveis pelo sistema industrial emergente e para punir aqueles que não se enquadravam nas regras sociais, aqueles considerados "infratores". É a partir

¹- op. cit. SÉDA, Edson, O NOVO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CBIA, Ministério da Ação Social, 1.991 pg. 91

de então que "...a palavra "menor" passa ao vocabulário corrente, tornando-se uma categoria classificatória da infância pobre".²

Fazendo um levantamento bibliográfico na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo sobre o termo criança na legislação brasileira, LODOÑO (1.991) observou que a partir do fim do século XIX e começo do século XX a palavra "menor" aparece frequentemente no vocabulário jurídico brasileiro. "A partir de 1.920 até hoje em dia a palavra passou a ser usada para indicar a criança em situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil, jurídica e os direitos que lhe correspondem."³

Mas é a discussão em torno do "menor" que irá situar o preconceito existente na sociedade em relação a criança pobre, sem escolaridade, vagando pelas ruas, em busca de alguns trocados e comida.

No final do século XIX os juristas descobrem a criança e o adolescente pobre que fica perambulando pelas ruas por não estar sob a autoridade dos seus pais ou tutores, estes passam a ser classificados como "menor abandonado". Assim "...o menor não era o "filho de família" sujeito à autoridade paterna, ou mesmo o órfão devidamente tutelado e sim a criança ou adolescente abandonado, tanto material como moralmente."⁴

Com o crescimento do número de crianças nas ruas, foi impossível para os juristas eximirem a origem do abandono das más condições econômicas e sociais geradas com a modernização e a exploração capitalista, porém não deixaram de

²- op. cit., ALVIM, Maria Rosilene e VALLADARES, Lícia, "Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura", in: BOLETIM INFORMATIVO BIBLIOGRÁFICO, n. 26, pags. 3-37, R.J., Vértice, 1.988

³- op. cit., LODOÑO, Fernando Torres, "A ORIGEM DO TERMO MENOR", in: PRIORE, Mary Del, A HISTÓRIA DA CRIANÇA NO BRASIL, S.P., Contexto, 1.991, pag. 129

⁴- op. cit., LODOÑO, in: PRIORE, 1.991, pg. 135

“...apontar a decomposição da família e a dissolução do poder paterno, como os principais responsáveis de tal situação.”⁵

Se a preocupação jurídica com a criança começa com o Código de Menores em 1.927, é somente sete anos depois que essa preocupação chegaria ao direito constitucional. A Constituição de 1.934 proíbe o trabalho de menores de 14 anos sem permissão judicial, trabalho noturno aos menores de 16 anos e, nas indústrias insalubres, aos menores de 18 anos.

Inicialmente o termo "menor" era utilizado para se referir a uma determinada faixa etária, ou seja aqueles que não eram maiores, mas com o passar do tempo, transformou-se em adjetivo com vários significados: "menor abandonado", "menor carente", "menor infrator" e outros, possibilitando assim que o termo se constituísse em uma categoria. "Enquanto categoria socialmente construída, a palavra "menor" detém hoje um significado uno do qual estão embutidas as noções de pobreza e delinquência"⁶

Surge a necessidade de intervenção do Estado na questão da criança porque ela é reconhecidamente o futuro capital humano que o capital industrial precisa para se reproduzir. Desta forma é preciso "reeducar" aqueles que não estão sendo orientados por seus pais e tutores encontrando -se na marginalidade, causada, segundo avaliações do governo da época, pela desorganização familiar.

A primeira tentativa de "reeducação" foi através da legislação, mas com a insuficiência desta para solucionar o problema houve a segunda tentativa, de criar

⁵ - op. cit., idem, ibidem, pg. 135

⁶ - op. Cit., ALVIM e VALLADARES, BIB 26, 1.988, pg. 17

instituições com o objetivo de realizar a "educação" que a família não estava conseguindo fornecer.

Desta forma em 1.940 o então presidente Getúlio Vargas, institui o Departamento Nacional da Criança e do Adolescente no Ministério da Educação de Saúde e com ele o Decreto-Lei 2.024 que pretendia "fixar bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo país".⁷

Também em 1.940 é criado o SAM (Serviço de Atendimento ao Menor) subordinado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de combater a criminalidade infanto-juvenil e prevenir o aumento das infrações.

Desde o período colonial até então, observávamos a sociedade civil em geral atender as crianças abandonadas, de forma filantrópica, como por exemplo, a Roda dos Expostos, que existiu no Rio de Janeiro e em São Paulo. A Roda dos Expostos foi uma instituição que existiu na França e em Portugal, sendo trazida para o Brasil no século XVIII, tendo seu funcionamento encerrado em 1.948, seu objetivo era o de "salvar a vida de recém-nascidos abandonados, para encaminhá-los depois para trabalhos produtivos e forçados".⁸

Após a criação do Departamento Nacional da Criança e Adolescente a iniciativa privada vai ajudar o Estado na composição da sua política social, traçando uma estratégia de combate a criminalidade infanto-juvenil, tanto através de instituições especializadas em proteção e recuperação da criança pobre, como também através de instituições de formação para o trabalho, com o objetivo de manter o controle social.

⁷ - op. cit., SÉDA, Edson, 1.991, pg. 63

⁸ - op. cit., LEITE, Miriam M., O ÓBVIO E O CONTRADITÓRIO DA RODA, in: PRIORE, Mary del, HISTÓRIA DA CRIANÇA NO BRASIL, S.P., Contexto, 1.991, pg. 99.

Em 1.942 surge a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Seguindo a proposta inspirada no SENAI, em 1.946 surgem o SESI (Serviço Social da Indústria), o SESC (Serviço Social do Comércio) e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizado Comercial) .

A criação de serviços sociais para as crianças estava ligada à necessidade do Estado de "recuperar" a infância marginalizada para contribuir na formação de indivíduos úteis à sociedade, futuros bons trabalhadores, integrados ao processo produtivo e também para servir como instrumento de controle social das famílias, pois por si só elas não conseguiam cumprir sua função social de educar seus filhos.

A Constituição de 1.946 manteve as proibições de 1.934, ampliou para 18 anos a aptidão para o trabalho noturno e proibiu a discriminação salarial por idade .

Na Assembléia Geral da ONU em 1.946 foi criado o UNICEF, com o objetivo de atender em caráter emergencial as crianças européias, vítimas da guerra. Ao final da década de 50 com a situação praticamente resolvida o UNICEF, passou a concentrar suas atenções nos países menos desenvolvidos da Ásia, Oriente Médio e América Latina. Sua primeira atuação no Brasil se deu em caráter emergencial, para distribuição de leite em pó.⁹

Em 1.954 é criado em São Paulo o Recolhimento Provisório de Menores (RPM) pela lei 2.705 de 23.07.19.54 com o objetivo de controlar as infrações de crianças com idade entre 14 e 18 anos.

⁹ - Ver UNICEF NO BRASIL: ONTEM, HOJE E AMANHÃ, Brasília, UNICEF, 1.980.

Na Assembléia Geral da ONU em 1.959, o Brasil assina juntamente com outros países a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que dizia que toda criança tinha direito à educação, saúde, habitação, amor, compreensão, lazer, cultura, etc. Esta Declaração era somente uma carta de intenções, sem explicitar formas de cobrança no caso de não serem cumpridos esses direitos, o que realmente aconteceu.

Com o notório fracasso dos objetivos do Serviço de Atendimento ao Menor, em 1.964 o regime militar baseado na Doutrina de Segurança Nacional preconizada pela Escola Superior de Guerra¹⁰, introduz através da lei 4.513 de 01.12.1.964 a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, tendo como seu principal articulador o Dr. Mário Altenfelder.

Analisando a intervenção do Estado na questão da criança, observamos que todas as medidas adotadas não expressam uma preocupação efetiva com esta parcela da população que estava sendo excluída da sociedade, mas expressa a visão de que esta parcela estava se constituindo em uma ameaça para o avanço do capitalismo e o enriquecimento das classes dominantes, sendo portanto urgente medidas que contornassem essa situação.

Apesar do “problema do menor” no Brasil ter sido agravado pelas condições sócio-econômicas geradas pelo sistema capitalista, ele se tornava cada vez mais um

¹⁰ - A Escola Superior de Guerra (ESG) teve suas origens orientada por uma missão militar norte-americana, especialmente contratada pelo governo brasileiro. O objetivo da ESG era o de garantir a Segurança Nacional através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, muito mais do que a defesa da Nação, seus objetivos eram fundados no aniquilamento de ideologias alienígenas, como o marxismo. Sobre a influência da ESG e da Doutrina de Segurança Nacional na questão da criança ver: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri, O MENOR E A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL, B.H., Vega Novo Espaço, 1.985.

empecilho ao desenvolvimento da nação, pois um país em busca da modernização não podia conviver com o fenômeno da marginalidade.

A avaliação do governo militar faz da família a responsável pelos "desvios" de seus filhos, pois ela se encontrava, segundo esta avaliação, em processo de desorganização por fatores como: migração, declínio da autoridade paterna, emancipação da mulher e desvirtuamento da religião. Assim a nova política centra a "recuperação" do "menor" na recuperação também da família, agora não mais a criança deveria ser afastada da família que a havia abandonado, mas ao contrário, deveria ser reintegrada à família e educada através de uma ação comunitária.

A marginalidade recrudescente no país desde a década de 20, era atribuída a fatores de desorganização social, desconsiderando a importante responsabilidade que a exploração capitalista tem com a produção da exclusão social, porque "a acumulação capitalista cria um exército industrial de reserva; pela pressão sobre os salários, impõe níveis precários de reprodução da força de trabalho e abre ao mesmo tempo a possibilidade da delinquência."¹¹

A formulação de políticas sociais, dissociadas do sistema econômico e centradas na orientação familiar e na reeducação de seus membros traduz a necessidade do Estado de manter o controle social da população com o objetivo de reproduzir o "status quo". A análise das políticas sociais separada do econômico pode omitir "um leque de fenômenos que a "organização monopólica" estabelece para reativar a relação entre a dinâmica da economia e o Estado burguês".¹²

¹¹ - op. cit., QUEIROZ, José J., O MUNDO DO MENOR INFRATOR, S.P., Cortez, 1.984, pg. 28.

¹² - op. cit., MENEZES, Maria Thereza, EM BUSCA DA TEORIA: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA, R.J., Cortez, 1.993, pg. 25.

Na implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor três aspectos foram considerados relevantes, mais uma vez dissociados do sistema econômico, nos quais todas as instituições deveriam, a partir de então, ancorar seus trabalhos: "a) integração de programas nacionais de desenvolvimento econômico e social; b) dimensionamento das necessidades afetivas, de nutrição, sanitárias e educativas; c) racionalização dos métodos a serem utilizados."¹³

Com o regime militar a "questão do menor" abarca agora aspectos psicossociais, ao ser focalizada pela política de segurança nacional, adquirindo relevância dentro dos objetivos nacional permanentes, que são aqueles que se realizam em "longo processo histórico através da definição dos elementos fundamentais da nacionalidade como a terra, o homem e as instituições."¹⁴ Isto porque o bem-estar do "menor" estava diretamente ligado ao progresso da Nação e conseqüentemente ao bem estar do "maior".

A Constituição outorgada em 1.967, rebaixou a idade mínima legal das crianças para o trabalho para 12 anos, até então fixada em 14 anos, e retirou a proibição da diferenciação de salário por idade que constava da Constituição de 1.946.

Convém lembrar que, historicamente o modelo de crescimento econômico brasileiro sempre o foi o de concentração de renda com a espoliação da classe trabalhadora, e em meados dos anos sessenta e durante os vinte anos de ditadura militar, este modelo não só foi seguido como "cientificamente" detalhado. Isso permitiu a

¹³- op. cit., PASSETTI, Edson, O MENOR NO BRASIL REPUBLICANO, in: PRIORE, Mary del, HISTÓRIA DA CRIANÇA NO BRASIL, S.P., Contexto, 1.991, pg. 158

¹⁴- op. cit., ALTENFELDER, Mário, "O MENOR E A SEGURANÇA NACIONAL", in: SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO, ADESC, R.J., 1.973, pg. 51

manutenção e a reprodução do modelo econômico e principalmente, o “milagre econômico” de 1.968 a 1.973.

Em 1.967 o regime militar vislumbrava os primeiros sinais de aquecimento da economia, proporcionado pelo modelo econômico imposto, o que exigia um aumento da oferta de mão-de-obra, principalmente a barata. Isso “coincidiu” com a Constituição outorgada, que “ampliava a faixa etária da categoria de *trabalhador menor* e abria a possibilidade legal do salário inferior ao mínimo estipulado por lei para o adulto.”¹⁵

Com a proposta de mudar a mentalidade sobre instituições, é criada a FUNABEM no Rio de Janeiro em 1.968 com a função de “... *estudar e pesquisar o problema do menor*, planejar soluções, orientar, coordenar e fiscalizar as entidades que executam a política Nacional do Bem-Estar do Menor.”¹⁶

A Emenda Constitucional de 1.969, mantém as proibições das Constituições anteriores, proíbe também o trabalho de menores de 12 anos e traz a obrigatoriedade do ensino público às crianças de 07 a 14 anos.

Observamos que todas as Constituições até então, somente discutiam a questão da criança em relação à regulamentação do trabalho da mesma. O que demonstra claramente que o interesse dos elaboradores da legislação estava centrado, antes de qualquer coisa, no capitalismo e na sua reprodução com a exploração da mão-de-obra infantil, que permitia um rebaixamento do salário da mão-de-obra em geral.

Durante as décadas de 70 e 80 o aumento da oferta de crianças e adolescentes no mercado do trabalho foi crescente devido ao empobrecimento da população, o

¹⁵ - op. cit., SPINDEL, Cheywa, CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MERCADO DE TRABALHO, S.P., Brasiliense, 1.989, pg.19.

¹⁶ - op. cit., PASSETTI, in: PRIORE, Mary del, 1.991, pg. 155, grifos meus.

trabalho infantil foi visto como uma alternativa para as famílias que não conseguiam sobreviver com os escassos salários recebidos.

Mais do que depressa as empresas capitalistas aceitaram a oferta desta mão-de-obra, transformando-a em uma nova categoria, "o menor trabalhador". A exploração capitalista desta categoria trazia grandes vantagens para a produção de mais-valia, necessária para a reprodução do capital, isto porque as vantagens de utilizar esta classe trabalhadora eram inúmeros: seus salários eram baixíssimos (apesar da isonomia garantida por todas as Constituições até 1.967), não reivindicava salários, não se organizava e não faziam greve.

O *menor trabalhador* não era produto exclusivo do meio urbano, como mostra ANTUNIASSI (1.983) durante a década de 70, "o trabalhador infantil representava 17% do total da força de trabalho nas propriedades rurais do Estado de São Paulo."¹⁷

O censo demográfico do IBGE de 1.970 e 1.980, concluiu que do total da população entre 10 e 19 anos, em 1.970, 55,2% faziam parte do PEA (população economicamente ativa) e em 1.980 esse número aumentou para 62,3%.¹⁸

Em São Paulo, o governo Laudo Natel cria em 1.973 a FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), através da lei 185 de 12.12.1.973, seguindo as normas e diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

Analisando o tratamento da imprensa à questão da criança, FUKUI, SAMPAIO e BRIOSCHI (1.985) observaram as diferenças nas referências utilizadas pelos três jornais pesquisados. O Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo e Notícias Populares.¹⁹

¹⁷ - op. cit., ANTUNIASSI, Maria Helena R., TRABALHADOR INFANTIL E ESCOLARIZAÇÃO NO MEIO RURAL, R.J., Zahar, 1.983, pg. 47.

¹⁸ - Fonte: censos demográficos do IBGE 1.970 e 1.980.

Os jornais O Estado, visualizado pela pesquisa como “jornal de elite” e a Folha como de “classe média” utilizavam, na maioria de sua notícias, o tema “escolar”. O jornal Notícia Populares, por outro lado sendo de “cunho popular” utilizava o termo “menor”.

Convém ressaltar que o jornal Notícias Populares faz parte do mesmo grupo que dirige a Folha de São Paulo, sendo que o primeiro possui uma linguagem e diagramação totalmente diferente do segundo, isto porque o primeiro tem sua produção direcionada para classe popular e o segundo para as classes média e alta.

A partir de então o termo “menor” assume um caráter pejorativo, (ele era usado até então apenas pelos órgãos jurídicos e governamentais) e passa a ser disseminado na sociedade mais ampla, se tornando parte da linguagem corrente da população.

Pretendendo conhecer a forma de ser e de pensar das crianças que vivem nas ruas da grande São Paulo, FERREIRA (1.979), elaborou uma pesquisa exploratória que, em sua metodologia deu ênfase à visita a seis instituições, o que levou os pesquisadores a um “...primeiro contato com o mundo do menor infrator”. A autora ressalta que as referências institucionais já continham os “rótulos identificadores, como carente, marginalizado, abandonado, infrator, e o mais recente, com desvio de conduta.”²⁰

Como resultado da Doutrina de Segurança Nacional preconizada pela ditadura, em 1.979, o Código de Menores é reestruturado e, mesmo adotando a prática de Liberdade Assistida, entendida por alguns como um avanço, sua implantação fazia o Estado intervir repressivamente contra aqueles que sofriam a ausência de políticas

¹⁹ - Ver FUKUI, Lia, et. al., “A questão do trabalho infantil na grande imprensa paulista na década de 70”, in: REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, Brasília, n. 66: 28-46, 1.985

²⁰ - op. cit., FERREIRA, Rosa Maria F., MENINOS DA RUA, S.P., Ibrex, 1.979, pg. 17

sociais efetivas, agravando assim o problema da população marginalizada de bens, serviços e recursos.

Comentando a legislação referente às crianças e adolescentes no Brasil, o advogado e professor Edson Sêda, um dos colaboradores na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, emite sua opinião sobre a ciência do Direito e seus juristas²¹:

"Os juristas, impressionados com os problemas estruturais da sociedade brasileira atual, e com as questões econômicas da miséria e da iniqua distribuição de renda que afetam a aplicação da Justiça no país, passaram a tratar de questões da especialidade de outros cientistas sociais e talvez tenham se esquecido de afiar as ferramentas propriamente jurídicas capazes de contribuir para a mudança social sob o primado do Direito e da Justiça. "

No ano de 1986, cidadãos brasileiros, provenientes dos mais diversos segmentos sociais, profissões, convicções filosóficas, políticas e religiosas, se reuniram em Brasília, de 21 a 25 de outubro no IV Congresso "O Menor na Realidade Nacional" para entregar à Assembléia Legislativa, uma carta contendo os princípios a serem respeitados pelos parlamentares para a votação da Constituição de 1988, visando um resgate pleno da cidadania da criança e do adolescente.

O resgate da cidadania na questão da criança estava diretamente ligado com o cumprimento dos artigos da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e com a

²¹ - op. cit. SÊDA, Edson, O NOVO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CBIA, Ministério da Ação Social, 1.991, p. 91

retomada dessa discussão na Convenção Internacional pelos Direitos da Criança e do Adolescente que aconteceria em 1.989.

Desta forma é na Constituição de 1.988 que a criança passa a ter prioridade absoluta, de acordo com o artigo 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

No ano de 1.989, em Assembléia Geral da ONU, o Brasil participando da Convenção Internacional pelos Direitos da Criança, assume o compromisso de fazer cumprir a Carta de Intenções assinada em 1.959 da Declaração Universal dos Direitos da Criança, passando assim a assumir obrigatoriedade no cumprimento da política de Proteção Integral às crianças e adolescentes.

Baseado no artigo 227 da Constituição Federal um grupo de pessoas composto pela articulação de três vertentes: o movimento social, o mundo jurídico e as políticas públicas, se reuniram para discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi transformado na Lei 8.069 de 13 de julho de 1.990.

A partir de então a criança começou a perder o estigma de “menor”, caminhando para a conquista da cidadania, pelo menos jurídica, passando a ser vista como “criança” independentemente de suas condições, sociais, econômicas e familiares.

O tratamento dado às crianças e adolescentes passou a adquirir novos rumos no âmbito jurídico, institucional e das políticas sociais. A proposta contida no Estatuto é totalmente diferente daquela do Código Menores; enquanto este via a criança como infratora das regras sociais, aquele diz que é a política social para assistência e proteção à criança é que está errada.

A substituição do termo "menor" por "criança" para se referir à essa questão foi vista por alguns com descaso, pois ela pode "...trazer apenas nova modernização reconfortante aos técnicos e políticos de ocasião."²²

Por um outro lado, existem aqueles que vêem uma alteração substancial na mudança do termo "menor" para "criança", porque "cuidar de criança" é tratar de todas as potencialidade que ela possui enquanto ser humano e "cuidar de menores" significa tratar com seres humanos limitados em sua potencialidade porque a definição da ciência jurídica diz que eles não tem capacidade de responder por si, necessitando de um "maior" que o faça por eles.

O entendimento dessa diferença semântica dos termos se faz fundamental nas instituições que atendem crianças e adolescentes porque todas estão fundadas no princípio da "incapacidade" preconizada pelo Código de Menores, o que não possibilita às crianças por elas atendidas, a emancipação de todas as suas potencialidade humanas.

ALVIM e VALLADARES (1.988), concluem que as pesquisas em Ciências Sociais, também contribuíram para a imagem da criança pobre como "menor

²² - op. cit. PASSETTI, in: PRIORE, Mary del, 1.991, pg. 173

abandonado" e "menor carente" justamente por denunciarem as formas de vitimar a criança pobre brasileira. Vários são os livros publicados que reforçam tal imagem: *Pequenos Bandidos* de ARRUDA (1.983), *O mundo do menor infrator* de QUEIROZ (1.984), *Abandonados* de JUNQUEIRA (1.986), *Trapaceiros e trapaceados* de CHENIAUX (1.986), *O Dilema do decente malandro* de VIOLANTE (1.983), *O menor institucionalizado* de CAMPOS (1.984).

A literatura mais atual viu surgir o termo "menino de rua", gestado por pesquisas sociológicas como FISCHER (1.979) e GONÇALVES (1.979)²³ que se referem às crianças marginalizadas que vivem seu cotidiano nas ruas das cidades.

A expressão, gerada na academia, "menino de rua" foi incorporada à linguagem corrente e recebida com muita satisfação pela Igreja. Desta forma, nos anos 80, O Estado começa a oferecer projetos alternativos para essa nova categoria. Através de convênio entre o UNICEF e a FUNABEM criou-se o Projeto Alternativas aos Meninos de Rua.

Mais recentemente vimos surgir o conceito "criança em situação de risco pessoal e social" que por não "...estar sendo atendida em suas necessidade básicas, é colocada na condição de subcidadão, exposta à morte, à doença, à degradação pessoal e social."²⁴

O Estatuto não utilizava essa conceituação, e somente com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei Federal 8.742), em 07.12.1.993, é que essa

²³ - Ver FERREIRA, Rosa Maria F., MENINOS DE RUA, S.P., Ibrex, 1.979 e GONÇALVES, Zuila, MENINOS DE RUA E MARGINALIDADE URBANA EM BELÉM, Pará, Salesianos, 1.979.

²⁴ - op. cit., COSTA, Antonio Carlos G., INFÂNCIA, JUVENTUDE E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL, in: BRASIL CRIANÇA - URGENTE, S.P., Columbus, 1.989, pg. 39 e 40

conceituação passou a ser utilizada juridicamente. O artigo 23 da LOAS, sobre a organização de seus serviços, garante à prioridade, à "infância e adolescência em situação de risco pessoal e social".

A criança que pesquiso é aquela "em situação de risco pessoal e social e no desenvolvimento deste trabalho a referência aos sujeitos pesquisados será segundo este conceito, pois todas as crianças que pesquisei se encaixam nesta definição.

Ao elaborar o projeto de pesquisa para a seleção do mestrado, tinha a hipótese de que o fato da criança ter um relacionamento mais constante e regular com sua família possibilitaria à ela uma socialização diferente daquela vivenciada pelas crianças que possuíam um contato menos regular com sua família.

Partindo desta hipótese, procurei em Campinas duas instituições que desenvolviam trabalhos com crianças em situação de risco, mas que se diferenciavam principalmente em relação ao contato que as crianças mantinham com suas famílias.

Uma instituição pesquisada é a Casa de Jimmy Hendrichs que estabelece contato entre as crianças e suas famílias somente nos finais de semana, porque as crianças passam os dias e as noites na instituição; e a outra, a Casa de São Jerônimo que mantém o contato das crianças e suas famílias todos os dias, porque as crianças ficam na instituição somente por um período do dia.²⁵

Na elaboração do projeto de pesquisa, supus que estas diferenças no contato que as crianças institucionalizadas estabeleciam com suas famílias constituíssem fator determinante na sua socialização.

²⁵ - Não utilizo as referências teóricas para "instituição" de GOFFMAN e FOUCAULT, porque as instituições pesquisadas não correspondem às suas definições.

A pesquisa desenvolvida foi exploratória, visando conhecer a prática social de cada instituição para levantar dados sobre a socialização das crianças. O modelo da pesquisa foi baseada em FERREIRA (1.979) que fez uma pesquisa exploratória com "meninos de rua" em São Paulo.²⁶

Durante o primeiro ano do mestrado foi feito um levantamento bibliográfico pesquisando obras que discutiam os temas focalizados: criança, família e instituição.

O trabalho de campo compreendeu várias técnicas como: observação participante, entrevistas, consulta aos fichários das instituições e conhecimento da situação familiar da criança.

Inicialmente, pretendia entrevistar somente algumas crianças, mas quando mostrei o gravador à elas, dizendo o que faria, todos quiseram ser entrevistados. Os funcionários e direção das instituições e as professoras da escola em que estudam, também foram entrevistados sem dificuldade, recebendo a proposta da pesquisa com ânimo.

As duas instituições possuem um fichário que contém algumas informações sobre as crianças. Eles foram consultados, mas não continham dados que fossem além do endereço, filiação e escolaridade, não servindo portanto para esclarecer as questões a que nos propúnhamos a respeito das crianças.

As famílias das crianças foram visitadas e entrevistadas, com o objetivo de saber como elas encaravam a necessidade de recorrer a uma instituição e qual a avaliação da atuação das mesmas na solução das carências de seus filhos. Desta forma, as

²⁶ - Ver FERREIRA, Rosa Maria F., MENINOS DA RUA, S.P., Ibrex, 1.979.

entrevistas foram abertas e quando os entrevistados não abordavam a questão acima explicitada, sugeria delicadamente a abordagem da mesma.

A escola frequentada pelas crianças, das duas instituições, são públicas. As mesmas foram visitadas e as professoras também foram entrevistadas.

A observação participante nas instituições compreendeu o período de março a dezembro de 1.994, durante o qual, a pesquisadora desenvolvia atividades pedagógicas com as crianças, para melhor viabilizar a pesquisa.

Esse procedimento foi muito importante para o desenvolvimento da pesquisa e principalmente para a aceitação das crianças em participar da pesquisa, porque apesar de ter falado às crianças que estava lá "para escrever um livro sobre elas" o fato de trabalhar com uma atividade definida nas instituições me proporcionou uma maior participação no cotidiano dos sujeitos pesquisados, o que fez com que as crianças passassem a enxergar o meu trabalho como parte das atividades cotidianas da instituição.

Durante a análise dos dados obtidos no trabalho de campo, percebi ser a observação participante o fator determinante na eficiência das técnicas de pesquisa aplicadas. Quando pesquisamos crianças, muito mais que técnicas metodológicas complexas, precisamos de sensibilidade para nos colocarmos no lugar do "outro", para compreendermos suas visões "a partir do seu ponto de vista, das suas categorias de pensamento, da sua lógica e, portanto, de seus sistemas de representação, classificação e organização."²⁷

²⁷ - op. cit., DAUSTER, Tania, "RELATIVIZAÇÃO E EDUCAÇÃO, USOS DA ANTROPOLOGIA NA EDUCAÇÃO, Trabalho apresentado no XIII encontro da ANPOCS, mimeo, Caxambú, outubro de 1.989, pg. 04

Percebi que para pesquisar crianças, as metodologias mais difundidas foram insuficientes para responder aos questionamentos propostos na pesquisa , pois muito mais importante foi a observação cuidadosa e atenta dos gestos, das expressões esboçadas pelas crianças durante a realização das atividades, nas conversas informais, nas brincadeiras, e nas relações cotidianas, ou seja, é preciso entrarmos no universo infantil, através de uma convivência prolongada no tempo e rica na qualidade.

Como diz BASTIDE (1.961), "...para poder estudar a criança é preciso tornar-se criança, não basta observar a criança de fora, como também não basta prestar-se a seus brinquedos; é preciso penetrar, além do círculo mágico que dela nos separa, em suas preocupações, suas paixões, é preciso viver o brinquedo."²⁸

Como a pesquisa desenvolvida discute três temas: criança, família e instituição, julgamos procedente embasar teoricamente os três temas separadamente, os quais serão analisados a seguir. Cada tema possui uma obra fundamental: ARIÈS(1.979) embasa o tema criança; ENGELS(1.984) família e GUIRADO (1.986) instituição, que funcionou como referencial básico a partir do qual as demais leituras foram sendo incorporadas.

As leituras complementares para cada tema serviram como um enriquecimento de análise ao fornecerem exemplos concretos de pesquisas referentes à cada um dos três aspectos considerados relevantes.

²⁸ - op. cit., BASTIDE, Roger, in: FERNANDES, Florestan, FOLCLORE E MUDANÇA SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO, R.J., Vozes, 1.979, pg. 154

2 - ESTUDOS SOBRE CRIANÇA

O referencial teórico na temática sobre criança, que embasa o minha pesquisa é ARIÈS (1.981). O autor faz análise da iconografia francesa para concluir que o sentimento da sociedade em relação à criança não foi sempre o mesmo. A sociedade muda a forma de "olhar" a criança de acordo com regras e normas estabelecidas por ela.

Na minha pesquisa trabalho também com a idéia da mudança nas formas da sociedade entender a criança ao longo do tempo, que são influenciadas pelas regras e normas que a sociedade elabora.

No Brasil particularmente, vimos anteriormente, que a criança pobre, infratora, oriunda de família pobre, era vista como "menor", "delinquente", "menor abandonado" e outros termos pejorativos, pela sociedade e, principalmente pelas pessoas que trabalhavam diretamente com elas, como juizes, delegados, instituições, etc.

Isto mostra como a forma da sociedade "olhar" a criança, pobre ou não, sofre uma mudança instituída pela sociedade, baseada no sistema econômico, político e social.

Por volta do século XII a infância era desconhecida, não havia lugar para ela nesse mundo. Nos quadros da época é possível perceber que os desenhos que poderiam representar crianças eram na realidade figuras adultas em miniatura, "não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido."²⁹

²⁹ - op. cit., ARIÈS, Philippe, HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA, R.J., Guanabara, 1.981, pg. 51.

No período compreendido entre os séculos XIII e XV surgiram algumas representações da criança. Nas pinturas sacras, primeiramente ela foi representada pela figura de um anjo, que possuía uma feição de jovem adolescente afeminado; outro tipo surgido era a figura do Menino Jesus, que era representado como um adulto pequeno, e posteriormente sua representação passa a expressar um sentimento maternal, porque é representado com os braços em torno do pescoço de sua mãe, aninhado ao colo dela. O terceiro tipo era a criança nua, representada por uma figura semelhante ao Menino Jesus, mas não era ele.

Nos séculos XV e XVI iniciou-se a fase das pinturas leigas onde a criança aparecia brincando, no colo da mãe, ouvindo discursos, na escola, etc. Todos esses temas vão inspirar as cenas neste gênero até o século XIX.

Nas pinturas analisadas, ARIÈS (1.981), ressalta que as crianças representadas nas cenas não eram a descrição exclusiva da infância, sugerindo que a vida cotidiana era uma mistura de crianças e adultos e que muitos pintores usavam as figuras das crianças nos seus quadros pela sua graça, como se elas fossem uma ilustração das cenas pintadas.

Essa indiferença em relação à infância, não estava muito longe da insensibilidade das sociedades romanas e chinesas, que praticavam o abandono às crianças recém-nascidas.

Por volta do século XVII, a criança é reconhecida como portadora de alma imortal, o que antes não era reconhecida. Isso foi proporcionado pelo aprofundamento na cristianização, atribuindo-se assim, maior importância à criança. É nessa época que

começa a ser significativa a descoberta da infância.

As brincadeiras sexuais eram feitas, sem nenhuma vergonha, na frente das crianças, as quais também participavam das brincadeiras, colocando a mão no seu sexo na frente de adultos, provocando risos de todos. Isto acontecia porque, acreditava-se que as crianças fossem indiferentes a sexualidade e também porque não havia o sentimento (muito difundido hoje) de que assuntos sexuais pudessem macular a inocência infantil.

Se antes da descoberta da infância sua educação era feita naturalmente pelos adultos com quem convivia, sua descoberta traz a necessidade de separação destes das crianças, foi difundido amplamente a importância da educação em lugares apropriados, surgem então, as escolas, com a prerrogativa de serem gerenciadas pelas instituições religiosas.

Com o objetivo básico de educar as crianças para a sociedade, os educadores dos colégios, pregam novos conceitos morais, entre eles, o pudor, a disciplina e o respeito, produzindo uma grande mudança nos costumes, principalmente quanto à sexualidade, impondo a noção de "inocência infantil".³⁰

O autor ressalta que o primeiro sentimento da infância, surgiu no meio familiar, para com as criancinhas pequenas, caracterizado pela "paparicação". O segundo sentimento surgiu com os "moralistas" do século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Estes viam as crianças como "frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar."³¹

³⁰ - Ver ARIÈS, 1.981, pgs. 134 a 136.

³¹ - citações de ARIÈS, 1.981, pg. 164.

Ao mesmo tempo que surge o sentimento pela infância, surge também o sentimento pela família, diferente daquele preocupado com a honra das linhagens e a conservação do patrimônio. Este dá grande importância à reunião de pais e filhos.

No século XVIII, observamos a família distanciar-se da sociedade para se fechar, cada vez mais, num espaço limitado da vida particular. A necessidade de intimidade e identidade dos membros familiares era solidificado pelo sentimento, pelos costumes e pelo gênero de vida. As diferentes formas de organizações eram desprezadas e repugnantes aos olhos da nova classe social em ascensão; neste momento, a privacidade corresponde à essa nova preocupação pela defesa contra o mundo.

"O sentimento da família, o sentimento de classe e talvez, em outra área, o sentimento de raça surgem portanto como as manifestações da mesma intolerância diante da diversidade, de uma mesma preocupação de uniformidade."³²

A análise da obra de ARIÈS (1.981) nos permite perceber que a visão da infância na sociedade ocidental sofre transformações estruturais com o passar do tempo, ocasionadas pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas na sociedade mais ampla.

No Brasil, esta transformação social é retratada por MARTINS (1.993) que reúne obras sobre criança de vários autores, com o objetivo de construir um painel que revelasse o que é ser criança no mundo subdesenvolvido, observando que a exclusão social vivida pelas crianças não é um problema de determinadas cidades, ou regiões e

³²- op. cit., ARIÈS, 1.981, pg. 279.

sim resultado da cruel exploração vivenciada pelas classes trabalhadoras dos países chamados subdesenvolvidos.

O autor introduz a concepção de "criança sem infância" em substituição à "criança abandonada". Esta mudança se refere ao fato de que "criança abandonada" aponta um *problema social*, uma "doença" da sociedade. Já o tema da "criança sem infância" indica um *problema sociológico*, uma mutação na sociedade, que se manifesta como problema social, sendo também um problema político".³³

O cruel modelo econômico brasileiro, baseado na concentração de renda através do arrocho salarial da classe trabalhadora, contribuiu determinantemente para o empobrecimento desta classe. Sem alternativa, as famílias assalariadas se viram obrigadas a empurrar cada vez mais cedo seus filhos para o mercado de trabalho, contribuindo assim, para a redução ou inexistência da infância das crianças.

A exploração da mão-de-obra infantil se deu tanto no meio urbano como no meio rural. SPINDEL (1.989) verificou que 1.981, na região da grande São Paulo, 70% dos trabalhadores não conseguiam adquirir os bens e serviços produzidos pela sociedade para seu sustento e de sua família, passando ser a "contribuição monetária dos filhos e mulher fundamental para compor o orçamento familiar."³⁴

No meio rural, ANTUNIASSI (1.983), verificou que do total dos trabalhadores agrícolas infanto-juvenil, 50% eram filhos dos proprietários das terras em que trabalhavam e residiam.³⁵

³³ - op. cit., MARTINS, José de Souza, O MASSACRE DOS INOCENTES, S.P., Hucitec, 1.993, pg.13, grifos do autor.

³⁴ - op. cit., SPINDEL, 1.989, pg. 17

³⁵ - op. cit., ANTUNIASSI, 1.983, pg. 48.

Com o objetivo de procurar trabalho, para colaborar com o orçamento familiar, muitas crianças e adolescentes vão para as ruas e ficam fazendo pequenos bicos e até esmolando. Esta alternativa gerou um grande número de crianças nas ruas, que ficaram conhecidas como "menino de rua", principalmente depois da publicação da pesquisa de FERREIRA (1.979).

O estudo FERREIRA (1.979)³⁶, é resultado de uma pesquisa realizada por equipe do CEDEC (Centro de Cultura Contemporânea), para a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, no período de fevereiro a novembro de 1.979.

Na época, o CEDEC contava com Francisco Weffort como seu diretor e a equipe de pesquisa foi formada por: Ana Maria van-Erven Figueiredo, André Luiz Aranha Torres, Marina Albuquerque Mendes da Silva e Rosa Maria F. Castro Oliveira, tendo como coordenadora Rosa Maria Fischer Ferreira.

A pesquisa buscou apresentar dados que pudessem mostrar como viviam as crianças de rua de São Paulo, "pretendia-se conhecer a forma de ser e pensar dessas crianças, como compreendem e explicam a realidade que as cerca, quais suas opções e aspirações e de que forma este conjunto de idéias, sentimentos e experiências íntimas fundamenta sua ação e suas relações em diferentes momentos da vida." ³⁷

A autora comenta que as referências teóricas, quando se referem ao nível macro-estrutural, se limitam colocar a questão do "menino de rua" como resultado da pobreza, provocada pelo desequilíbrio sócio-econômico decorrente da precária e injusta distribuição de renda.

³⁶ - Ver, FERREIRA, Rosa Maria F., MENINOS DE RUA, S.P., Ibrex, 1.979.

³⁷ - op. cit., idem, ibidem, pg. 17.

No nível micro-estrutural, as abordagens se limitam aos altos índices de criminalidade, desescolarização e fragmentação familiar como sendo os fatores desencadeantes da saída da criança de casa e principalmente quando se referem às crianças infratoras.

A leitura de FERREIRA (1.979), me fez observar a importância da entrevista na metodologia, pois este trabalho inovou em sua metodologia de pesquisa. Um motivo dessa inovação está no fato de ter entrevistado as crianças, pois só assim foi possível atingir o objetivo a que se propunha de "conhecer a forma de ser e pensar dos sujeitos, o modo como compreendem a realidade que os cerca, como fazem suas opções, o que desejam, como agem para obter o desejado, a partir da sua vivência pessoal e visão-de-mundo."³⁸

A maioria das crianças pesquisadas, pela autora, passaram pela FEBEM, ou outra instituição que realizava trabalho semelhante. Isto forneceu-me elementos para observar o comportamento das crianças que vivenciam este processo. O fato da autora ter entrado em contato com algumas crianças que estavam na rua e nunca tinham ido para a FEBEM, e no decorrer da pesquisa, deram entrada naquela instituição, observou que, quando essas crianças voltavam para as ruas já traziam um outro discurso, diverso daquele observado na primeira situação.

Observou-se, nessa pesquisa, que havia dois tipos de instituições. As que possuíam planos de assistência e recuperação, seguiam uma linha de atribuir a "culpa" pela situação de abandono das crianças, às próprias populações pesquisadas. A outra

³⁸ - op. cit., idem, ibidem, pg. 18.

linha de instituições atuava de forma paternalista com uma assistência paliativa e pouco duradoura.

A pesquisa de FERREIRA (1.979) tem relação com a que desenvolvi, apesar de estudarmos a realidade da criança de risco em cidades diversas. Sua observação de que a faixa de idade que contém maior número de crianças nas ruas é a dos sete até os dezesseis anos, e que o principal fator que os leva para as ruas é a questão econômica - "... a rua é o meio de sobrevivência mais utilizado"³⁹, também foi observado em Campinas.

Em pesquisa realizada pelo Departamento de Apoio à Família, Criança e Adolescente da Secretaria da Família, Criança, Adolescente e Ação Social da cidade de Campinas, em 1.993, aponta semelhanças entre as duas realidades, pois observou que existem 573 crianças e adolescentes em situações precárias (a pesquisa não especifica o que é "situação precária") e desses 233 estão em situação especial (referindo-se às crianças que ficam nas ruas).

A faixa etária dessas crianças fica entre nove e catorze anos (71,6%). A maioria deles ficam nas ruas trabalhando informalmente e/ou esmolando (92,5%). O motivo que os leva às ruas são buscar dinheiro e ou alimentar-se (80%). As crianças , na sua maioria moram em favelas (91,7%), possuem pai, mãe ou os dois (91%) e contribuem, com seu trabalho informal, fornecendo 31,7% do orçamento familiar.

Esses dados nos permitem observar que a faixa etária das crianças pesquisadas por FERREIRA (1.979) corresponde à idade das crianças aqui pesquisadas e que o

³⁹ - op. cit., idem, ibidem, pg. 83.

principal fator que os leva para as ruas, é a busca de dinheiro e sustento, não só para si, mas para o sustento do grupo familiar.

Outra autora que contribuiu para minha compreensão sobre o "menino de rua" foi CHENIAUX (1.988). A autora ressalta a necessidade das crianças trabalharem para cooperarem com o orçamento familiar, visto pelo grupo como responsabilidade de todos os participantes, desde os mais jovens até os mais adultos. "Desde cedo, dos primeiros anos de vida, aos três ou quatro anos, a criança é levada a participar da forma de sobrevivência de seu grupo de moradia"⁴⁰.

FERREIRA (1.992) dedica um sub-capítulo de seu trabalho à discussão sobre a família das crianças - "O papel da família para os menores marginalizados"⁴¹ onde ressalta principalmente a questão da socialização, partindo do princípio que a família é tida como principal meio de socialização dos indivíduos, para a teoria sociológica.

Isto faz com que se faça uma relação direta entre os indivíduos considerados com "conduta desviante" e a inadequação de sua socialização por possuírem um grupo familiar mal estruturado.

A principal crítica a esta abordagem é a de que ela espera uma homogeneidade e eficiência do processo socialização em todas as camadas sociais, desconsiderando as diferenças econômicas e culturais existentes.

A autora ressalta que formas diferentes de inserção no processo de produção-consumo produzem configurações familiares com estruturas diversas, o que resulta em variadas percepções do papel familiar, sua realização e sua representação.

⁴⁰ - op. cit., CHENIAUX, Sonia, TRAPACEADOS E TRAPACEIROS, S.P., Cortez, 1.985, pg. 25.

⁴¹ - op. cit., idem, ibidem, pg. 120.

Portanto, para FERREIRA (1.979), não podemos observar a família somente como reprodutora da força de trabalho, o que faz com que não avancemos teoricamente. "A articulação de uma determinada formação econômica-social numa conjuntura histórica específica impõe o surgimento de formas diferenciadas da atualização do conjunto familiar." ⁴²

O barateamento da mão-de-obra não qualificada e a concentração de renda em determinadas categorias obriga aos grupos familiares das camadas marginalizadas econômica e socialmente a articularem formas alternativas de morar, relacionar, trabalhar e sobreviver. Uma alternativa encontrada por essas famílias é a inserção do grupo familiar em atividades que geram renda. Isso faz com que os indivíduos se socializem alternando papéis de provedores e consumidores da renda familiar, o que proporciona um maior alcance nas representações familiares.

As crianças de famílias marginalizadas desde muito cedo obtêm a noção de sua posição social e a necessidade de aprender formas de sobrevivência. Portanto, não só são moldados pelos modelos sociais recebidos mas, também influenciam no processo socializador delegado aos adultos.

A pesquisa observou a existência de uma maior flexibilidade na autoridade dos papéis familiares, proporcionada culturalmente e incorporada principalmente pelas camadas aburguesadas. "A experiência de vida e a riqueza de informações do menino das ruas, assim como o papel preponderante de sua contribuição para a manutenção do conjunto familiar, faz com que as relações entre pais e filhos sejam pouco

⁴²- op. cit., idem, ibidem, pg. 121.

hierarquizadas. Embora sejam verbalizados os valores dominantes acerca do respeito, autoridade, obediência que devem prevalecer nesses contatos..."⁴³

Embora tenha a hierarquização de poderes nas famílias marginalizadas um papel menos considerável, é possível perceber a importância que as mulheres acabam adquirindo, frequentemente, nos grupos familiares. Segundo FERREIRA, (1.979), isso se deve porque é sempre em torno dela que se agrupa a família. Aqui também, percebe-se a similitude dessa pesquisa com a elaborada em Campinas, em 1.993, pela Secretaria da Criança, que em 88,12% das famílias pesquisadas verificou-se a presença da mãe, no domicílio familiar por ocasião da pesquisa, e em 42,2% verificou-se a presença do pai.

A autora chega a uma interessante conclusão sobre as relações familiares das crianças, porque mesmo vivendo situações familiares difíceis, onde o principal objetivo é a sobrevivência e a luta por ela, as crianças possuem laços afetivos que os levam a reconhecer os fatos tristes dessa convivência mas, ao mesmo tempo ressaltam a importância desses laços e a necessidade de mantê-los. "Mesmo meninos que relatam experiências familiares desastrosas e relações conflituosas com os pais, tendem a valorizar a instituição da família e aspiram por manter-se nela ou voltar a tê-la."⁴⁴

Sendo uma pesquisa de caráter exploratório, a autora elabora uma proposta de pesquisa-ação privilegiando a criança na sua especificidade, ou seja, enquanto "criança" e buscando captar sua capacidade de "atuar" e de "criticar".

⁴³ - op. cit., idem, ibidem, pg. 122.

⁴⁴ - op. cit., idem, ibidem, pg. 123.

Essa linha metodológica implica também em uma atitude de denúncia contra o poder institucional que pune arbitrariamente, ameaçando a vida das pessoas menos privilegiadas socialmente, "...alertando o conjunto da população para o perigo de comungar com posturas estigmatizantes e radicais que tem sido propostas para legitimar a ação desse poder."⁴⁵

A tese de doutorado de KOSMINSKY(1.992) faz um estudo comparativo das formas de sociabilidade desenvolvidas pelas crianças internadas em instituições assistenciais. Foram pesquisadas quatro instituições, duas em São Paulo, a Unidade Educacional da FEBEM e a Comunidade das Irmãs Vicentinas Jardim Rubiano, de religiosas católicas. As outras duas são da religião espírita, ambas localizadas em Marília - S.P., Associação Filantrópica de Marília e o Lar de Meninas Amelie Boudet.

No sentido de esclarecer seu trabalho KOSMINSKY, (1.992), situa os temas analisados. Para o tema "Instituição" utiliza definições de Durkheim, Goffman e Ariès. O primeiro definiu sociologicamente o tema e os dois últimos estudaram instituições concretas. "Goffman procura distinguí-las em suas características marcantes. Ariès busca traçar-lhes o desenvolvimento histórico."⁴⁶

Este trabalho se utiliza de instituições concretas e tem o principal objetivo de conhecer sua organização interna e as relações afetivas que nela acontecem.

Outro tema conceituado é o de "sociabilidade". A autora utiliza a definição de Gurvitch (1.953) que faz uma distinção entre o "nós" e as "relações com os outros"

⁴⁵ - op. cit, idem, ibidem, pg. 170.

⁴⁶ - op. cit., KOSMINSKY, Ethel V., A CRIANÇA ASSISTIDA, Tese de Doutorado, USP, 1.992, pg. 35.

comprovando os conflitos existentes no interior de cada grupo, porque existem vários "nós" e vários tipos de "relações com os outros".

A categoria de infância utilizada no trabalho, como afirma a autora, é a de "menor", que é a criança pobre descoberta pela pedagogia higiênica, a partir dos anos 20, para legitimar a ascensão da burguesia. O "menor" aparece como visão negativa da criança pobre.

As técnicas metodológicas utilizadas foram entrevistas não-dirigidas, análise de desenhos feitos pelas crianças e o trabalho com livros de histórias infantis, para desencadear o diálogo entre a pesquisadora e as crianças.

Analisando a relação dos funcionários e diretores das instituições pesquisadas com as crianças, a autora observou que esta é sempre de dominação, "... em posições desiguais numa estrutura de poder, a primeira posição sendo como sempre de mando e a outra, de obediência." ⁴⁷

A socialização entre as crianças e outros grupos de convívio, com laços de parentesco ou não, desenvolve-se através das normas traçadas pelas instituições. Elas podem incentivar ou não determinados vínculos entre as crianças.

Para KOSMINSKY(1.992), a sociabilidade infantil, que se desenvolve intra-instituição, parece estar mais ligada às diretrizes dessas entidades do que ao tamanho das mesmas e à sua localização urbana.

A conclusão do trabalho constatou que a metodologia desenvolvida, priorizando as falas das crianças, proporcionou uma penetração da pesquisadora no universo infantil

⁴⁷- op. cit., idem, ibidem, pg. 257.

pesquisado, ressaltando suas opiniões sobre a instituição, suas preferências, seus valores e suas relações sociais. "Foi possível também apreender que não obstante a coerção que a instituição possa exercer sobre a criança, há atitudes em que se afirma sua individualidade, o seu gosto e preferências." ⁴⁸

⁴⁸ - op. cit., idem, ibidem, pg. 344.

3 - ESTUDOS SOBRE FAMÍLIA

A obra que embasa teoricamente o tema família é o trabalho de ENGELS (1.984). O autor baseia-se nos estudos de Morgan, para fazer uma correlação entre a formação e a institucionalização da família com a estruturação da sociedade na propriedade privada e o aparecimento do Estado.⁴⁹

Analisando as tribos gentílicas, da época chamada "barbárie", o autor ressalta que a economia doméstica destas eram comunistas, cada um era proprietário apenas dos instrumentos que fazia e usava, o resto (como casas, canoas, hortas, etc.) era comum à todos.

Algumas tribos pastoras começaram a fazer da criação de gado sua principal atividade, tornando-se assim, distante do restante das outras tribos. Essa foi a primeira grande divisão social do trabalho.

Essas tribos produziam mais derivados do gado que as outras tribos, o que possibilitou a troca desses produtos por aqueles não produzidos por eles, possibilitando assim a primeira troca regular de produtos.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento de todos os ramos da produção, o homem pode produzir mais do que precisava para sobreviver e, conseqüentemente aumentou o trabalho diário de cada membro das tribos incrementando a atividade convencional. Tornou-se conveniente então conseguir mais força de trabalho, sendo os

⁴⁹- Ver ENGELS, Friedrich, A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, R.J., Civilização Brasileira, 1.984.

prisioneiros de guerra transformados em escravos. Daí aparece a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos , exploradores e explorados.

O homem passa a ter supremacia na casa, conquistando um poder absoluto, o que gerou a passagem gradual do casamento sindiásmico à monogamia, como forma de proteção dos bens materiais acumulados ao longo de sua produção, garantindo o herdeiro legítimo para o patrimônio acumulado.

A diferença de riqueza entre os chefes de família acabou com as comunidades domésticas comunistas e marcou a transformação da família em unidade econômica da sociedade. "As riquezas dos vizinhos excitavam a ambição dos povos, que já começavam a encarar a aquisição de riquezas como uma das finalidades precípua da vida."⁵⁰

A troca de mercadorias aumenta e surge a figura do comerciante, que não se ocupa da produção e somente das trocas de produtos; com ele veio o dinheiro - metal, que fazia deste não-produtor um dominante do produto e de seu produtor.

Com a divisão da sociedade em classes surge a necessidade de um controlador dos conflitos, das lutas de classes; que fizesse com que as lutas se restringissem somente ao campo econômico, ou seja, que se situassem, aparentemente, acima das classes.

Surge o *Estado*, definido pelo autor como o "poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais"⁵¹ da mesma.

⁵⁰ - op. cit., idem ibidem, pg. 184

⁵¹ - op. cit., idem, ibidem, pg. 191.

O Estado difere da antiga organização gentilícia porque agrupa seus súditos de acordo com uma divisão territorial e se utiliza de força pública para controlar os cidadãos. Para sustentar seus aparatos ideológicos, institui a contribuição dos cidadãos, ou seja, os impostos, a civilização causa uma revolução em toda sociedade anterior.

O Estado, criado com o objetivo de conciliar as lutas de classes, aos poucos passa a exercer poder não só sobre elas, mas também começa a intervir nas famílias, para garantir que esta seja sempre um instrumento de sua reprodução.

No Antigo Regime a família era uma extensão do poder do governo, porque ao mesmo tempo que ela estabelecia uma relação de poder com seus membros (mulher, filhos, empregados), o governo mantinha uma relação de poder com o chefe da família, que deveria manter uma relação de dependência em relação ao governo, como seus familiares mantinham com ele. Essa organização social e política era baseada num esquema de colaboração em que o Estado dizia a família: "mantende vossa gente nas regras da obediência às nossas exigências, com o que, podereis fazer deles o uso que vos convier, se eles transgredirem vossas injunções, nós vos forneceremos o apoio necessário para chamá-los a ordem."⁵²

A discussão sobre família e a sua expressão na sociedade é feita por TOZZONI REIS (1.985), que resume em duas as funções da família. A primeira sendo econômica, no que se refere a reprodução da mão-de-obra. A segunda como reprodutora da ideologia dominante. A referência teórica usada nesta obra é Mark Poster, no seu livro - Teoria crítica da família. O autor cita a classificação deste para quatro modelos de

⁵²- op. cit., DONZELOT, Jacques, A POLÍCIA DAS FAMÍLIAS, R.J., Graal, 1.980, pg. 51.

família: a aristocrática, a camponesa, a proletária e a burguesa, centrando sua discussão nas peculiaridades da família burguesa, que surgiu no século XVIII na Europa.

O surgimento da família burguesa trouxe consigo novos padrões de relações familiares, que correspondiam às necessidades da classe dominante em ascensão no início do século XIX. Um notável novo padrão foi o fechamento da família em si mesmo, ao passo que os outros modelos familiares possuíam a característica de criar seus filhos em lugares abertos, como quintais e pátios.

Este fechamento da família começou a delimitar e determinar os espaços de atuação do público e do privado, sendo a residência o lugar por excelência, do privado e o trabalho, o lugar do público.

O trabalho ficou sendo o lugar da razão, frieza e do calculismo, por serem qualidades imprescindíveis no mundo dos negócios. Este lugar deveria ser ocupado por homens.

Para o lar ficou reservado o espaço da vida emocional, e com ele, a reclusão da mulher que seria a responsável pela organização da casa e da educação dos filhos. Para o autor, a mulher "considerada menos capaz e mais emotiva que o homem, tornou-se totalmente dependente do marido... sua identidade pessoal seria determinada pela posição que ele ocupasse no mundo extrafamiliar." ⁵³

O papel da mãe era o de educadora de seus filhos dentro daquilo que a burguesia determinava como ideal, autonomia, auto-disciplina, capacidade de progredir nos negócios e perfeição moral. Ao mesmo tempo que a mulher era valorizada pela

⁵³ - op. cit., idem, ibidem, pg. 120

responsabilidade que exercia sobre os filhos, isto lhe causava um grande desconforto, pois qualquer desvio na educação lhe era imputada a culpa, ela deveria ser uma mãe perfeita para que os filhos também fossem.

A família burguesa definiu novos padrões de higiene, que contribuíram para uma diminuição considerável na taxa de mortalidade das crianças, passou a ser dada grande importância ao asseio da casa e de seus moradores, o aleitamento materno foi valorizado junto com o envolvimento emocional da mãe.

Concomitante aos novos padrões de higiene, a família burguesa definiu novos padrões para a sexualidade. Os papéis sexuais foram diferenciados, a mulher foi proibida a ter sexualidade fora do casamento e de ter prazer sexual, deveria se restringir à procriação. Desta forma o casamento passou a dissociar o afeto do sexo. A mulher de casa era a do afeto e as mulheres da rua eram as do prazer.

Esta nova sexualidade trouxe consigo várias repressões sexuais. A masturbação era vista com horror e como doença. A medicina legitimava essa repressão dizendo que masturbação poderia até levar à loucura. Essas regras sexuais eram válidas tanto para meninos como para meninas.

Observa-se também o surgimento de um duplo padrão de moralidade. O homem relaciona-se afetivamente com a esposa e busca prazer sexual com outras mulheres. A mulher casa-se para cuidar da casa e da educação dos filhos e não tem direito ao prazer sexual, este é permitido às mulheres "da vida" ou "mundanas", as quais davam prazer sexual aos homens.

ENGELS (1.984), observou que este duplo padrão de moralidade, assim também como a instituição da monogamia na sociedade, foi uma exigência da família burguesa em ascensão, para garantir a continuidade de suas posses. "Os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar deles."⁵⁴

Dentro desse quadro de fechamento familiar, a criança restringe suas possibilidades de identificação, tendo-a limitada ao pai e à mãe, quando nas famílias aristocráticas, proletárias e camponesas a possibilidade de identificação era mais ampla, porque as relações não se restringiam somente à família nuclear.

A criança, dentro dessa família, passa ter todas as suas necessidades satisfeitas pelos pais, o que as deixou completamente dependente, econômica e emocionalmente, dos mesmos.

Para o autor uma estrutura familiar que promova o bem-estar de seus membros deve integrar seus membros na comunidade que a circunda e não definir um fechamento ou uma oposição ao mundo extrafamiliar. "E isto só será possível quando a competição deixar de ser o motor do relacionamento entre os homens."⁵⁵

CAMPOS (1.985) analisa, em seu primeiro capítulo, "o papel da família na formação política do jovem", partindo do papel desempenhado pela família na sociedade tradicional e as mudanças ocorridas na organização familiar como resultado das transformações mais amplas ocasionadas pela modernização da sociedade.

⁵⁴ - op. cit., ENGELS, 1.985, pg. 70

⁵⁵ - op. cit., TOZZONI REIS, 1.986, pg. 121.

Na sociedade tradicional a família caracterizava-se pela produção ligada a terra e seu papel era o de desempenhar uma série de tarefas e atividades que foram se transformando com o passar do tempo. Isto posto, a família era uma unidade econômica de produção o que dava a ela "...um papel importante e abrangente na vida social"⁵⁶

Como consequência do poder econômico inserido nos grupos familiares da camada dominante, com o tempo, o poder político, poderia ser alcançado direta ou indiretamente, o que determinava também um papel de controle social ao grupo familiar. Era tido como obrigação da família a educação e socialização de seus membros no sentido de exercerem com competência todos os papéis sociais que deles eram esperados.

A família tradicional começou a sofrer mudanças com o advento da modernização que atingiu todas as relações sociais existentes. O avanço tecnológico na agricultura proporcionou a passagem da monocultura de exportação para a produção diversificada de produtos agrícolas. Na indústria a substituição do uso da energia humana e animal com a industrialização, propriamente dita levou a utilização de maquinaria diversificada. Na ecologia observou-se o processo de urbanização.

Todas essas mudanças afetaram estruturalmente a sociedade, obrigando-a a encontrar formas alternativas de se adaptar às transformações.

A família tradicional foi, com certeza, a estrutura social que mais sentiu os efeitos dessas mudanças, principalmente, por ter sua base na agricultura.

⁵⁶-op. cit., CAMPOS, Maria Christina S., EDUCAÇÃO - AGENTES FORMAIS E INFORMAIS, S.P., EPU, 1.985, pg. 03.

Essas mudanças trouxeram consigo benefícios e também para muitos a perda de poder aquisitivo, o que causou uma considerável diminuição no número de membros familiares. Se a família tradicional era caracterizada pela extensão numérica de seus membros, a família moderna é caracterizada pela redução dos mesmos.

A autora ressalta que se reduziu o tamanho da família, mas nem por isso ficou mais fácil a tarefa dos pais de socializar seus filhos, principalmente pela complexidade social observada com a modernização. Na época da família tradicional, as relações sociais eram mais definidas, por terem suas raízes nas relações econômicas que eram claramente caracterizadas, uma vez que toda produção familiar estava ligada à terra. Com a modernização as relações sociais se complicaram, no sentido de cada indivíduo assumir diversos papéis sociais.

A família continua com sua função educadora, segundo CAMPOS, (1.985), "...É através da família que se perpetua a sociedade e ainda não se encontrou um grupo que possa substituí-la eficientemente no seu papel educativo."⁵⁷

Para esta autora, quando falamos em processo educacional estamos falando de um processo conservador uma vez que as principais instâncias educativas são a família e a escola. Os pais não são imparciais na hora de passar valores aos filhos. Conscientemente ou não as experiências transmitidas são selecionadas e, na maioria das vezes cheias de preconceitos em relação à criança.

CAMPOS (1.985) expõe ainda, considerações sobre os efeitos causados à personalidade da criança, quando esta é afastada de sua família para viver em uma

⁵⁷ - op. cit., idem ibidem, pg. 07

instituição. Suas considerações não serão relevantes para esta pesquisa porque seu trabalho refere-se às crianças que são afastadas do convívio familiar para frequentar uma instituição e, nas duas instituições que pesquiso as crianças mantêm um relacionamento com a família, tendo assim um vínculo com ela.

Ao longo do tempo, observamos que o sistema familiar brasileiro vem se alterando consideravelmente, numa perspectiva diacrônica, guardando diferenças regionais e segundo o avanço do processo capitalista na sociedade brasileira.

Analisando a família brasileira, FREIRE (1.954) ressalta que com a influência dos portugueses na região nordestina, a sociedade brasileira se desenvolveu sob uma relação de submissão da mulher em relação ao homem, que via a mulher "não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação da família" gerando assim uma sociedade "patriarcal e aristocrática"⁵⁸. Este trabalho tornou-se referência obrigatória na discussão sobre o processo de formação da família brasileira, estendendo-se sua análise sobre família para o país como um todo.

O estudo de CÂNDIDO (1.951) ressalta que, se na região nordestina a posição da mulher na sociedade era de submissão, não foi isso que aconteceu na região sul. Embora a mulher respeitasse muito o marido, sua posição estava longe da submissão, muito pelo contrário, as mulheres eram caracterizadas pela iniciativa e capacidade de comando. A mulher dirigia o trabalho dos escravos na cozinha, fição, tecelagem, costura e confecção de roupas para uso da família; supervisionava a feitura das rendas e bordados; providenciava a alimentação dos escravos; cuidava da conservação da

⁵⁸ - op. cit., FREIRE, Gilberto, CASA GRANDE & SENZALA, R.J., José Olympio, 1.954, pg. 115.

criação, do cultivo das frutas, jardins e flores; cuidava também das crianças e dos animais domésticos. Nesse contexto o marido não exercia uma dominação absoluta, como a relatada por FREIRE (1.954).⁵⁹

A família suscita polêmicas entre aqueles que dizem ser ela a célula básica da sociedade e aqueles que julgam ser ela o cerne de toda neurose fabricada, desempenhando um papel efetivo na dominação de crianças e mulheres. A primeira visão expressa o conservadorismo daqueles que não questionam a sociedade em que vivemos e a segunda, expõe a compreensão psicológica desta instituição. Discordamos das duas visões por não considerarem o aspecto social da família, mesmo como instituição.

Para TOZZONI REIS (1.985) independente da discussão polarizada, é inegável a importância da família. Segundo ele, " é na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. É a formadora da nossa primeira identidade social."⁶⁰

Concordamos que, indiscutivelmente, a família é responsável pela reprodução social (tanto biológica como também de valores de uso e de consumo), estando "inserida em determinado ponto da estrutura social, definido a partir da inserção de seus provedores na produção."⁶¹ Portanto, para analisar os dados desta pesquisa não podemos deixar de considerar que a família, ao mesmo tempo que atua na estrutura social, reproduzindo seus valores, também é produto dela, estabelecendo assim uma

⁵⁹ - Sobre essas diferenças regionais ver: CANDIDO, Antonio, THE BRAZILIAN FAMILY, in: SMITH, T. L., BRAZIL: PORTRAIT OF HALF A CONTINENT, N. Y., The Dryden Press, 1.951.

⁶⁰ - op. cit. Idem, ibidem, pg. 99

⁶¹ - op. cit., BRUSCHINI, Cristina, MULHER, CASA E FAMÍLIA, S.P., Vértice, 1.990, pg. 80.

relação dialética com a sociedade, relação essa que é balizada pela inserção sócio econômica da família na estrutura social.

Dentro da perspectiva acima exposta, que ressalta a ligação entre família e sociedade, estudaremos o processo de socialização das crianças atendidas pelas instituições selecionadas.

4 - ESTUDOS SOBRE INSTITUIÇÃO

O livro de GUIRADO (1.986) forneceu as bases teóricas para a discussão do tema instituição. A obra tem por objetivo fazer uma análise dos discursos das pessoas que atuam no cotidiano da FEBEM e dos vínculos afetivos das crianças e adolescentes dessa instituição.

Para a autora, ao ingressar em uma instituição a criança não sofre somente uma mudança de espaço e ambiente físico, mas principalmente, ela sofre uma alteração nas "pautas de relação"⁶², passando a relacionar-se com as pessoas e com os grupos sociais totalmente diferentes dos quais até então mantinha contato.

A visão que a sociedade possui das instituições que se ocupam de crianças, vai desde a função de reproduzir a dominação existente na sociedade até a necessidade de seu funcionamento para atender os desassistidos, sendo portanto, execradas pelo primeiro grupo e exigidas pelo outro grupo.

Para quem se propõe estudar instituições, encontra-se constantemente com a contradição de tratá-las como necessárias para acolher aqueles que necessitam ou como aparelhos reprodutores da dominação gerada pelo Estado. Cabe ao pesquisador entender que o papel da instituição na nossa sociedade é duplo e complementar. Duplo porque ao mesmo tempo que atendem crianças, também realizam a função social de integrá-las à ordem e complementar porque ajudam às outras instituições, como família

⁶²- op. cit., GUIRADO, Marlene, INSTITUIÇÕES E RELAÇÕES AFETIVAS, S.P., Summus, 1.986, pg. 40.

e escola, na tarefa de inserir as crianças na sociedade estruturada, quando estas não conseguem desempenhar essa função sozinhas .

Na minha pesquisa, busco analisar as relações sociais que crianças que vivenciam a experiência de frequentar uma instituição mantém na sua família, na escola e dentro da própria instituição.

Isto significa entender as práticas sociais que existem internamente às instituições "em sua particularidade (práticas estas que) existem pela ação dos que cotidianamente a fazem e pelo reconhecimento desse fazer como uno, necessário e justificado."⁶³

Atualmente existem várias obras que relatam, discutem e analisam a experiência de instituições que trabalham com "crianças em situação de risco" tanto na qualidade de abrigo como também proporcionando atividades pedagógicas e educacionais, complementares à escola e à família.

Duas delas serão abordadas de forma mais detalhada por apresentarem experiências diametralmente opostas, para uma mesma realidade social (as duas pesquisa são realizadas em Pernambuco), oriundas de visões diferentes à respeito da criança e sua relação com a família.

Uma delas é o estudo de VAINSENER (1.987), que analisa uma experiência piloto no município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, do Centro Educacional Dom Bosco, que tentou associar à prática educativa e o trabalho, sendo um Centro de Recreação e Lazer para Meninos de Rua mantido pela Congregação Salesiana..

⁶³ - op. cit., idem, ibidem, pg. 14.

A razão da escolha desta obra como referencial se deu porque, são muito raras as instituições que planejam o desenvolvimento de um trabalho remunerado com as crianças atendidas. Temos conhecimento de instituições, como SENAI e SENAC, onde o trabalho é visto como forma de profissionalização, não como uma produção imediata, que forneça alguma renda às crianças.

O livro tem o objetivo de fornecer subsídios ao desenvolvimento de experiências na área de Educação Popular. A pesquisa compreende o período de 1.984 e 1.985, com 88 alunos matriculados, sendo 75 que frequentavam a escola e a cooperativa e 13 que só faziam parte da cooperativa, todas as crianças foram entrevistadas.

A infra-estrutura administrativa do Centro era composta por um coordenador pedagógico, uma assistente de coordenação, um assessor econômico, uma professora para cada série (de primeira a quarta), um instrutor de marcenaria, uma professora de artesanato, uma secretária e duas cozinheiras. Todas essas pessoas eram remuneradas para desenvolverem suas funções.

O Centro contava também com a participação de voluntários, não remunerados, um médico, um dentista, uma estagiária universitária, dois estudantes de Teologia (Salesianos), uma professora universitária, uma estagiária universitária e uma assistente social. Esses profissionais revezavam sua frequência na instituição, alguns iam uma vez por semana e outros até três vezes por semana.

Eram fornecidas as crianças que frequentam a instituição três refeições (café da manhã, almoço e jantar), um calção, uma camiseta, caderno, lápis e algumas amostras grátis de medicamentos. Também lhes eram fornecidos materiais esportivos. Para

manter a instituições o Centro utilizava-se de doações de pessoas físicas e jurídicas, verbas da LBA, verbas da Secretaria da Educação de Pernambuco, além de parte da manutenção fornecida pelos Salesianos.

Entrevistando a família das crianças que frequentavam o Centro, os pesquisadores observaram que uma parcela insignificante, dos chefes de família, recebia um pouco mais de um salário mínimo, mas que a grande maioria dos entrevistados (93%) recebiam menos de um salário mínimo (que na época, correspondia à 60,80 dólares).

A proposta educacional do Centro Educacional Dom Bosco foi a de buscar alternativas para atrair crianças para os estudos, uma vez que através de uma conversa informal sobre o porque do baixo índice de frequência (dos 43 alunos matriculados, 20 era o número de frequência diária) verificou-se que "...a escola não 'dizia nada' para os alunos..."⁶⁴

Após essa constatação buscou-se uma nova metodologia, através da utilização do método Paulo Freire, com o objetivo de adaptar a escola às exigências da clientela.

O corpo docente reconheceu a necessidade de reciclagem nas teorias estudadas e formaram um grupo de estudos, sob a coordenação de uma voluntária do Centro Educacional da Universidade Federal de Pernambuco, Prof. Marielsa Camposana. Este grupo discutiu basicamente a proposta de Paulo Freire, julgada por eles a mais adequado para a nova metodologia.

Verificou-se, também a necessidade de flexibilizar o currículo elaborado pelo Centro, para que ele se adaptasse melhor às necessidades dos meninos de rua. "Essas

⁶⁴ - op. cit., VAINSENER, Semira Adler, CENTRO EDUCACIONAL DOM BOSCO: UMA EXPERIÊNCIA COM MENORES DE RUA, Recife, S/E, 1.987, pg. 41.

necessidades são expressas em formas de problemas, interesses ou experiências dos alunos e são o ponto-chave na edificação de um trabalho conjunto com os professores e adultos envolvidos nessa experiência."⁶⁵

A proposta de Cooperativa era a de entregar produtos em consignação para os cooperados trabalharem e produzirem. Depois de prontos os produtos eram entregues à cooperativa para uma divisão entre as partes.

A cooperativa produzia: picolé, dudu (aqui no sul mais conhecido como chup-chup), artigos de artesanato, de marcenaria, produtos de horticultura e vassouras.

A avaliação da nova metodologia pedagógica, feita pelo coordenador, foi positiva. Observou que houve mudanças consideráveis nos alunos, no que se refere, "...aprendizado, asseio, disciplina, diálogo, comportamento."⁶⁶

Para avaliar o que os alunos achavam do Centro, foi feita a seguinte pergunta, na entrevista - " Desde que você entrou no Centro, você acha que mudou alguma coisa, bem dentro de você?"⁶⁷

Observou-se que 85% responderam afirmativamente com declarações do tipo:

- "Estou outro...Agora estou mais calmo, não esquento com nada."

(14 anos, sexo masculino, 2º série)

- "Agora estou trabalhando e ajudando em casa. Trabalhando a gente é gente, sem trabalhar é marginal."

(14 anos, sexo masculino, 3º série)

- "Antes eu não conversava. Agora eu converso, eu brinco."

⁶⁵ - op. cit., idem ibidem, pg. 47.

⁶⁶ - op. cit., idem, ibidem, pg. 51.

⁶⁷ - op. cit., idem, ibidem, pg. 58.

(14 anos, sexo feminino, 2º série)

- "Sou mais educado, mais bem comportado. Aprendi a ler. Pouco, mais aprendi. Aprendi artes. Aprendi a auxiliar a cozinheira."

(12 anos, sexo masculino, 4º série)⁶⁸

Como consideração final a autora ressalta a importância da Educação Popular, como forma de conscientizar as pessoas sobre o lugar que elas ocupam na sociedade e principalmente que, elas ocupam um lugar na sociedade, por mais marginalizadas que estejam.

A conclusão sobre a forma de trabalho do Centro Educacional Dom Bosco é a de que "através do cooperativismo e de uma pedagogia participativa e criadora o aluno modifica o seu comportamento de entrada, aprendendo a conviver em grupo, respeitando limitações. Isso pode ser observado até no pátio do Centro onde, em 1.984, não se via nenhum fruto nas jaqueiras pois os menores arrancavam todos os que ousavam brotar, antes mesmo que tivessem a chance de amadurecer. Hoje, eles compreendem que as jacas maduras são importantes para a sua alimentação e qualquer observador notará que as árvores estão carregadas de frutos que conseguem amadurecer para serem colhidos."⁶⁹

Este obra possui importância para meu trabalho porque mostra como é possível se criar formas alternativas e eficientes de abrigar e educar crianças e que, o engajamento profissional é um dos pontos que mais conta nessas tarefa.

⁶⁸ - op. cit., idem, ibidem, pgs. 79 a 84

⁶⁹ - op. cit., idem, ibidem, pg. 103.

O outro estudo destacado é o de EDMUNDO (1.987). O livro é uma pesquisa elaborada dentro da FEBEM/ Recife, sobre a marginalização das crianças e adolescentes, como eram vistas pela instituição e quais as aspirações que possuíam.

A autora tenta fazer uma análise da instituição, de caráter reformatório. Para ela "a análise de instituições nesses moldes tenta exprimir as contradições institucionais a nível de discurso/prática e a nível interno do discurso, como também (as contradições) das respostas daqueles que a instituição social tenta enquadrar."⁷⁰

Para fazer sua análise, EDMUNDO (1.987), aborda o comportamento das crianças e dos jovens com o objetivo de especificar as respostas dos setores marginalizados da sociedade. O trabalho também foi composto por depoimentos, que reafirmaram o poder institucional como sendo normatizante de relações sociais de subordinação, não é uma organização integrada de práticas, tampouco uma unidade discursiva coerente.

A autora ressalta a visão que a sociedade possui da criminalidade, que apesar de ser produto das relações sociais de produção, das relações de classe e da dominação política, sempre é vista como conduta desviante, anti-social e divergente, em contradição à sociedade e ao Estado.

Fazendo uma análise social, econômica e política da região onde está inserida a instituição pesquisada - o Nordeste, EDMUNDO (1.987), busca relacionar as questões específicas regionais para explicitar a influência destas na marginalidade.

⁷⁰ - op. cit., EDMUNDO, Lígia Pereira, INSTITUIÇÃO: ESCOLA DE MARGINALIDADE?, S.P., Cortez, 1.987, pg. 17.

Esta análise mostrou que as mudanças socio-econômicas ocorridas desde a década de 60 até hoje fizeram com que as classes sociais mais pobres fossem as mais atingidas, principalmente pelas migrações, em busca de novas condições de trabalho.

A mobilidade migratória causou um significativo desarranjo familiar nas classes pobres, levando a autora à concluir que a questão família é marcante dentre as causas da marginalidade e da situação infratora da criança.

Apesar de percebida esta relação a autora faz um esforço no sentido de mostrar que a causa da marginalidade está na forma de reprodução do capital, fazendo com que a inserção da família na sociedade de consumo seja determinada por ela.

"A forma peculiar como se deu a reprodução do capital e a divisão do trabalho na zona rural, bem como a criação de mão-de-obra excedente no espaço urbano, indicam especificidades regionais na apreensão do conceito de marginalidade."⁷¹

A autora cita o regimento da FEBEM, com o objetivo de esclarecer seu campo de atuação, que segundo estatuto é: "constituído de menores sujeitos a marginalização, isto é, afastados de um processo normal de desenvolvimento e promoção humana ... que desencadeia... comprometimento psicossocial da criança (ser em desenvolvimento), comprometimento dos papéis a serem desempenhados, agora pela família, depois pelo adulto em potencial, enfim, o comprometimento do funcionamento social."⁷²

Apesar dessas propostas serem o objetivo de ação da FEBEM, é ressaltado que o que se vê é uma crescente especialização dos métodos de punição e reclusão. A

⁷¹ - op. cit., idem, ibidem, pg. 35.

⁷² - op. cit., idem, ibidem, propostas contidas no relatório das estagiárias do departamento de Serviço Social, IFCH, UFPE, 1.971, pg. 01, pg. 45.

discussão sobre alternativas para recuperação é insignificante como também discussões sobre o baixíssimo índice de recuperação dos internos.

Os internos, por sua vez, incorporam o discurso marginal da instituição e principalmente o reproduzem. Eles atribuem a si próprios as causas da marginalidade e da sua não recuperação. Assumem a pobreza, a orfandade, a falta de estudo e a desorganização familiar como as razões para seus roubos e conseqüentes punições.

Com o objetivo de fazer reflexões finais a autora ressalta que a questão da criança infratora envolve diretamente sua família mas, principalmente, "um contexto de relações mais amplas."⁷³

Acredita, a autora, que a primeira mudança necessária esteja nas instituições - "quaisquer que sejam" - para que elas deixem de ser meras reprodutoras do poder. Principalmente aquelas voltadas para abrigar crianças e adolescentes sem lugar para morarem, devem ter o objetivo de não segregá-las socialmente.

Apesar do objetivo do meu estudo não conter a pesquisa de instituições públicas (como a FEBEM), este trabalho é importante para a minha pesquisa porque aborda o aspecto do poder e da dominação existente nas propostas de trabalho com as populações marginalizadas.

Neste trabalho são pesquisadas duas instituições, que retratam duas realidades diferentes, apesar de estarem inseridas num mesmo contexto geográfico, o que possibilita uma proximidade no contexto social.

⁷³ - op. cit., idem, ibidem, pg. 107.

5 - O OBJETO DE PESQUISA "A SOCIALIZAÇÃO"

O DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (1.986) classifica o termo "socialização" como sendo oriundo da psicologia social, embora seja utilizado também por sociólogos e estudiosos em geral do desenvolvimento da crianças. A psicologia social conceitua "socialização" como sendo o processo através do qual o indivíduo aprende a conviver com grupos através da aquisição do comportamento social aprovado pelo grupo.⁷⁴

A criança, a partir do seu nascimento, experimenta sensações relacionadas com o seu próprio corpo como fome, sede, conforto; e com o ambiente físico, como claridade, frio e calor . Aos poucos a criança começa a distinguir as sensações corporais, daquelas proporcionadas pelo ambiente físico e também começa a perceber que o mundo é habitado por outras pessoas, a partir de então, ela começa a vivenciar as experiências sociais.

Com o passar do tempo, a criança começa a distinguir pessoas e, algumas, passam a ter uma importância toda especial para ela. Podemos dizer que desde o início a criança desenvolve uma interação não apenas com o próprio corpo e com o ambiente físico, mas também com os seres humanos. "A biografia do indivíduo, desde o nascimento, é a história de suas relações com outras pessoas."⁷⁵

A socialização é o processo pelo qual o indivíduo aprende a ser membro de uma sociedade. Essa aprendizagem se dá através da imposição de padrões sociais à sua conduta e interferem nas suas relações com os membros da sociedade e também nos

⁷⁴ - Ver DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Fundação Getúlio Vargas, R.J., 1.986, pg. 1.138.

⁷⁵ - op. cit., BERGER & BERGER, SOCIALIZAÇÃO: COMO SER MEMBRO DA SOCIEDADE, in: FORACCHI, Marialice, SOCIOLOGIA E SOCIEDADE, R.J., Livros Técnicos e Científicos, 1.988, pg. 200.

seus processos biológicos, pois, a determinação dos horários das refeições são regulados culturalmente, de acordo com cada sociedade, e não biologicamente, apesar de necessitarmos de comida para nossa sobrevivência.

Os padrões sociais atingem a criança de forma completa porque os adultos exercem um grande poder sobre elas e também porque elas não possuem capacidade de pensar na existência de padrões sociais alternativos. Daí a importância das relações que os adultos estabelecem com as crianças, porque o mundo que estes apresentam à elas e vem como um fato consumado, sem alternativas.

De acordo com BERGER & BERGER (1.988) podemos encarar o processo de socialização de duas formas. Uma sendo "policial", onde a socialização acontece através de uma série de controles exercidos de fora, apoiados por um sistema de recompensas e castigos. A outra, considerada mais benigna, é o processo pelo qual a criança pode se desenvolver e se expandir para ingressar no mundo que está a seu alcance. "Sob este ponto de vista a socialização constitui parte essencial do processo de humanização integral e plena realização do potencial do indivíduo."⁷⁶

Partindo dos pressupostos acima descritos, podemos dizer que a socialização é um processo de configuração ou moldagem. "A criança é configurada pela sociedade, é por ela moldada de forma a fazer dela um membro reconhecido e participante."⁷⁷

É muito importante ressaltar que a socialização não é um processo unilateral, no qual a criança é sua vítima passiva. Desde cedo ela resiste, participa e colabora no

⁷⁶ - op. cit., idem, ibidem, pg. 205.

⁷⁷ - op. cit., idem, ibidem, pg. 207.

processo socializador, fazendo com que haja reciprocidade neste processo, afetando não só o socializado como também os socializantes.

A participação da criança nesta reciprocidade cresce na razão direta com que aumenta sua capacidade de usar a linguagem, a partir de então, ela começa a exercer uma ação individual e independente sobre o mundo e as pessoas que o habitam.

A continuidade da socialização se dá num processo de "interação e identificação"⁷⁸ através da qual a criança aprende a reconhecer as atitudes das outras pessoas e principalmente, compreender seu sentido. O êxito deste processo é verificado quando a criança imita alguma atitude vivida sem a presença da pessoa que evidenciou este gesto. BERGER & BERGER (1.988) dizem que neste momento a criança está aprendendo a "desempenhar o papel do outro."⁷⁹

A socialização representa assumir a si mesmo enquanto participante de uma realidade já dada, que pode ser modificada de maneira criadora e, até mesmo recriada, mas para isso é essencial que os indivíduos assumam a sociedade, na qual outras pessoas já vivem.

BERGER & LUCKMANN (1.974), definem socialização como a "ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela."⁸⁰ Para esses autores, o processo de socialização possui dois estágios, o primário e o secundário. A socialização primária é aquela que o indivíduo "experimenta na infância", tornando-se membro da sociedade através desta. A socialização secundária

⁷⁸ - op. cit., idem, ibidem, pg. 206.

⁷⁹ - op. cit., idem, ibidem, pg. 207.

⁸⁰ - op. cit., BERGER & LUCKMANN, A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE, R.J., Vozes, 1.974, pg. 175.

são todos os processos seguintes que "introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade."⁸¹

Comumente, nos estudos sociológicos o conceito utilizado é o de "sociabilidade" por se referir as várias formas dos indivíduos se relacionarem entre si e entre outros grupos. GURVITCH (1.968) define sociologicamente o conceito como sendo "elementos da realidade social constituídos pelas múltiplas maneiras de estar ligado pelo todo ou no todo".⁸² Desta forma, este conceito refere-se muito mais às relações sociais entre os grupos do que à aquisição de padrões sociais.

A sociabilidade se dá através das representações que os indivíduos desenvolvem em determinadas situações para se relacionarem com um determinado grupo, como escola, instituição, família, etc.

No estudo de KOSMINSKY (1.992) sobre crianças institucionalizadas, o conceito utilizado para apreender a sociabilidade dos internos é o de GURVITCH (1.968), porque seu trabalho pretende "verificar de que maneira se organizam os "nós" e os "outros" nos grupos infantis e no relacionamento das crianças com os outros, dentro e fora das instituições analisadas."⁸³

Julgamos que o conceito "socialização" corresponde mais diretamente à minha pesquisa do que o conceito de "sociabilidade", porque desejo conhecer as formas encontradas pelas crianças de interagirem na sociedade na forma como ela está estruturada. Com o objetivo de delimitar os âmbitos pesquisados, serão verificadas os

⁸¹ - op. cit., idem, ibidem, pg. 175.

⁸² - op. cit., GURVITCH, Georges, A VOCAÇÃO ATUAL DA SOCIOLOGIA, S.P., Martins Fontes, 1.968, pg. 147.

⁸³ - op. cit., KOSMINSKY, (1.992), pg. 39

processos de socialização das crianças na família, na escola e na instituição para saber se existem formas diferentes de interação social dependendo do lugar frequentado, ou se independente da situação vivida, sua interação se desenvolve da mesma forma.

A partir da discussão do conceito de socialização através dos autores acima citados, no desenvolvimento da pesquisa o conceito de socialização será utilizado como sendo *o processo pelo qual a criança incorpora os padrões sociais, existentes anteriormente à ela, como sendo seus.*

O objetivo desta pesquisa é saber se crianças, que frequentam instituições, com propostas diferentes quanto ao relacionamento destas com seu grupo familiar, apresentam diferenças em relação ao processo de socialização. Será discutido se o fato da criança ter um relacionamento mais ou menos frequente com sua família, influi na incorporação das regras sociais, uma vez que a família é uma das instituições que tem por função social a reprodução das normas e regras vigentes, para a manutenção do sistema político, social e econômico de uma sociedade.

Tentaremos perceber as diferenças existentes na socialização das crianças dependendo da interação que a instituição estabelece, ou não, com a família das crianças por ela atendidas.

CAPÍTULO II

O

TRABALHO

DE

CAMPO

O TRABALHO DE CAMPO

*"...por este pão pra comer, por este chão
pra dormir, por me deixar respirar, por
me deixar existir... Deus lhe pague!"
(Deus Lhe Pague - Chico Buarque)*

1- A CASA DE JIMMY HENDRICHS

1.1 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Casa de Jimmy Hendrichs é um dos vários trabalhos desenvolvidos pela APOT (Associação Promocional Oração e Trabalho), entidade ligada e religião católica, que tem como presidente o Padre Haroldo Rahm.

O Padre Haroldo nasceu no Texas e veio ao Brasil em 1.964, à pedido da Congregação dos Jesuítas para estudar qual a área que esta congregação deveria atuar no país. Após alguns meses, verificou que era preciso desenvolver um trabalho com viciados. Assim começou a trabalhar com prostitutas da região de Viracopos e alcoólatras na Fazenda da Vila Brandina.¹

¹ - Todas as informações sobre a vinda do Padre Haroldo para o Brasil e o começo do seu trabalho aqui, foram fornecidas, em entrevista, pela sua assessora Mara Silvia Carvalho de Menezes. O Padre Haroldo tem um pouco de dificuldade de falar português porque ele apresenta atualmente certo grau de deficiência auditiva, o que dificulta sua aprendizagem da língua. Mesmo morando no Brasil há trinta

Em maio de 1.978 o Padre Haroldo fundou a primeira Comunidade Terapêutica na cidade. Esta comunidade tinha o objetivo de recuperar pessoas viciadas em drogas através do trabalho físico (laborterapia) e da terapia grupal.

Este trabalho começou a ser desenvolvido na Fazenda Senhor Jesus, localizada em Campinas na estrada para Mogi Mirim. A fazenda foi doada ao Padre neste ano por seu proprietário na época, Cláudio Novaes.

Atualmente o tratamento com os viciados é feito em duas fases. A primeira é a "desintoxicação", que é feita durante 3 meses na Fazenda Senhor Jesus e a segunda, chamada de "ressocialização", com duração de mais ou menos um mês, é feita na Casa São José, localizada na Fazenda Brandina, situada atrás do Shopping Center Iguatemi, em Campinas.

Hoje existem 44 entidades espalhadas por 10 estados do Brasil que desenvolvem trabalhos como este. A APOT faz treinamento para as pessoas que desejam trabalhar dentro desta metodologia de recuperação através do trabalho e as entidades desenvolvem seus trabalhos de forma autônoma, isto é, não ligadas à Comunidade Terapêutica de Campinas. Atualmente existe a FEBRACT que é a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, da qual o Padre Haroldo é o presidente.

O trabalho desenvolvido pelo Padre Haroldo recebe ajuda voluntária de várias pessoas ligadas a Igreja Católica, como é o caso de sua assessora Mara Silvia Carvalho

anos, sua fala é carregada de sotaque e por muitas vezes faltam-lhe palavras para expressar-se. Sendo assim foram privilegiadas as informações de sua assessora.

de Menezes, que trabalha na APOT desde 1.979. Atualmente Mara é presidente da Federação Brasileira "Amor Exigente".

O Amor Exigente é outro trabalho desenvolvido pela APOT, que tem o objetivo de esclarecer pais e professores sobre a importância de se preocupar com um trabalho preventivo em relação ao uso de drogas por crianças e adolescentes.

O trabalho do Padre Haroldo com crianças de rua começou em 1.991, quando, andando pelas ruas da cidade de bicicleta, percebeu o grande número de crianças que ficavam perambulando pelas ruas. A partir de então decidiu criar uma proposta de trabalho para a APOT com crianças que moravam nas ruas.

Depois de colocar sua proposta para a Diretoria da APOT ficou estabelecido que o trabalho seria composto por fases, pelas quais as crianças deveriam passar antes de morar na casa oferecida pela entidade, com o objetivo de fazer com que as crianças fossem se acostumando com a idéia de morar numa casa longe de seus pais e longe das ruas.

A proposta elaborada foi montada em três fases. Inicialmente as crianças seriam levadas, após os primeiros contatos com os educadores de rua, para uma casa que funciona dentro do Terminal Central do Viaduto Cury, no centro da cidade. Esta casa recebeu o nome de "Casa Aberta"; sua proposta é oferecer as crianças alimentação, chuveiro para tomarem banho, atividades lúdicas como artesanato, jogos, etc. Seu funcionamento é das 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta.

Depois de estar frequentando a Casa Aberta por algum tempo, a criança é convidada para ir morar na "Casa do Meio". Esta se localiza na Fazenda Senhor Jesus,

onde é feito o trabalho com os jovens viciados, mas a Casa do Meio situa-se relativamente longe da casa em que os jovens e adultos ficam.

A proposta dessa casa é de fazer com que a criança vá se adaptando com a idéia de morar na última e definitiva casa. Também é feito um trabalho de desintoxicação com as crianças viciadas em drogas. Este trabalho é feito na mesma linha daquele realizado com os jovens e adultos, ou seja, através da laborterapia e da terapia em grupo. Essa fase de adaptação demora em média 3 meses, após a qual, se a criança quiser, vai morar definitivamente na última casa.

Inicialmente esta casa foi alugada no centro da cidade, onde as crianças iam lá para dormirem e durante o dia ficavam na Fazenda Brandina. Neste época as dificuldades eram muitas porque a casa sendo no centro da cidade proporcionava contato constante dos meninos que moravam na casa como os amigos que optaram por ficar morando nas ruas, os quais sempre iam até a casa levando drogas ou produtos de furtos. Outra dificuldade era com os vizinhos, que não aceitavam a presença das crianças na casa.

Através dos contatos que o Padre possui com os Estados Unidos ele conseguiu uma verba para a construção de uma casa para os meninos morarem na própria Fazenda Brandina. Enquanto não ficava pronta a construção, foi adaptada uma outra casa na fazenda para as crianças morarem.

A APOT julgou que também era preciso construir uma casa para os jovens ex-viciados que estavam na fase da "ressocialização", então foi construída uma casa grande que possui um refeitório comum para as crianças e os jovens, e do lado esquerdo ficam

os quartos e banheiros das crianças e do lado direito, os quartos e banheiros dos jovens em "ressocialização". A Casa dos jovens recebeu o nome de São José e a das crianças e Jimmy Hendrichs.

O nome Jimmy Hendrichs é uma homenagem ao americano, psicólogo e negro, James B. "Jimmy" Hendrichs, nascido em Washington em 1.938 e falecido em 1.993. Por ter sido viciado em drogas, dedicou sua vida a "libertar" as pessoas do vício. A construção da casa para as crianças foi possível através de doação sua, daí o nome Jimmy Hendrichs.

A Casa Jimmy Hendrichs possui 4 quartos, contendo de 4 a 5 beliches cada um e um armário grande. Tem também, uma sala de televisão, uma lavanderia e um banheiro grande com vários chuveiros e vasos sanitários, pois é de uso de todas as crianças.

Atualmente a casa abriga em média 15 crianças. Este número é aproximado devido a alta rotatividade com que as crianças entram e saem da instituição. Na maioria das vezes, a saída da criança se dá por uma não adaptação às regras e normas da Casa. As crianças abrigadas são todas do sexo masculino, não é permitido o abrigo de meninas, geralmente possuem idade variando de 8 a 14 anos. Atualmente moram na Casa um menino de 4 anos e um de 7 anos. No momento todas as crianças abrigadas são brancas, embora já tenham passado alguns meninos negros pela instituição. Ao redor da casa existe muito espaço aberto, onde foi adaptado um campo de futebol e uma horta que é cuidada pelas crianças.

Os funcionários que cuidam da infra-estrutura da casa como alimentação, limpeza, etc, são comuns para as duas casas, a das crianças e a dos jovens em

ressocialização. Para trabalhar exclusivamente com as crianças existe uma assistente social, que faz a parte burocrática da instituição, como folhas de pagamento, contato com as famílias quando há necessidade e documentos para o Juiz da Vara da Infância e Juventude.

Constantemente ficam duas pessoas com as crianças, uma é contratada pela instituição e é chamada de educador, a outra é alguma das pessoas que estão fazendo a ressocialização e que se dispõem a fazer este trabalho. Esta pessoa é chamada de monitor. Muitos dos jovens que estão deixando as drogas pedem para serem monitores porque acham que esta é uma forma de agradecer à instituição sua recuperação, porque geralmente o tratamento que eles fazem não é pago.

A colocação de jovens ex-viciados para trabalharem com as crianças é uma proposta da metodologia desenvolvida pela instituição, pois eles acreditam que uma pessoa que teve problemas e está conseguindo resolvê-los é a mais indicada para ajudar outros com problemas semelhantes.

As crianças não pensam muito desta forma, porque a relação deles com estes monitores é sempre conflituosa. Certa vez um monitor disse a uma criança que tinha derrubado suco no chão que era para ele limpar, e este lhe respondeu - "Qual que é a sua meu?! Você é igual a mim, não vem mandando não!". Parece ser mais difícil a criança obedecer aqueles que elas julgam ter as mesmas deficiências vivenciadas por elas.

Com os outros funcionários, isto é aqueles que são contratados, as relações das crianças são um pouco melhores, elas os obedecem, mas não existe trocas afetuosas entre eles.

Comentando o trabalho desenvolvido pela instituição a assistente social que trabalha lá há dois anos e meio, Maria Lúcia Costa, diz que a proposta é "muito boa" e que o único problema que ela vê é a falta de funcionários, pois segundo ela o quadro de funcionários existente é insuficiente e a instituição não possui verba para contratar mais funcionários.

Outro problema é a grande rotatividade dos funcionários contratados, a qual Maria Lúcia não sabe explicar. Acredito que este problema existe porque os salários pagos são baixíssimos. Em julho de 1.994, uma psicóloga recebia o equivalente a metade de uma bolsa de mestrado, por volta de 250,00 reais. O baixo salário tem dois agravantes: não permite a contratação de funcionários mais qualificados e facilita sua saída por qualquer oferta superior. Outro agravante na rotatividade dos funcionários é a falta de treinamento para este trabalho (a instituição não se preocupa com isso), porque as vezes, as pessoas começam a trabalhar na instituição mas não conseguem continuar por despreparo para enfrentar as situações vividas.

A rotina das crianças se resume em frequentar a escola do bairro por meio período, no outro período do dia, jogar bola, fazer atividades pedagógicas de reforço escolar e assistir televisão. Tem algumas que fazem cursos de culinária, computação e outros, fora de lá, esses vão de ônibus para os locais dos cursos. Isto tudo durante a semana, porque os finais de semana as crianças vão passar com seus pais.

Convém esclarecer que todas as crianças abrigadas pela Casa Jimmy Hendrichs já moraram na rua, algumas por mais tempo do que outras, mas todas já viveram a experiência de morar na rua. Entendemos por morar na rua uma situação na qual a criança satisfaz todas as suas necessidades na própria rua, como comer, beber, dormir, etc, ou seja, quando ela estrutura sua vida tendo como referencial de moradia as ruas da cidade.

Cabe ressaltar que essa metodologia de trabalho com crianças em situação de risco é denominada de abrigo por manter continuamente as crianças sob responsabilidade e autoridade da instituição.

1.2 - A QUESTÃO DA AFETIVIDADE

Meu relacionamento com a maioria das crianças da Casa de Jimmy Hendrichs começou em abril de 1.992, quando fui contratada pela instituição para desenvolver atividades pedagógicas e de alfabetização com as crianças.

Nesse período já observava, informalmente, as crianças e seus relacionamentos. Pude perceber então que, demonstravam indiferença em relação à tudo e à todos. Não se interessavam por mim, pelos funcionários e nem pelas outras crianças, o mesmo acontecia entre irmãos abrigados na mesma instituição. Eram bastante brincalhões, mas sempre faziam brincadeiras individuais, que na maioria das vezes, não faziam sentido para os outros, mas eles se divertiam solitariamente. Quando se reuniam em grupo era

para fazer uma proposta determinada, assim que terminava o que haviam combinado, voltavam cada um para sua individualidade.

As brigas, com socos e pontapés, não eram frequentes, mas aconteciam e, sempre alguém saía machucado. Após o término das brigas, se sentiam tristes, mas por pouco tempo, logo estava tudo como antes, inclusive entre os que brigavam.

Durante o final de 1.992 e o ano de 1.993, após aceitação em participar da pesquisa, mantive contatos esporádicos com as crianças da instituição, apesar de não mais desenvolver atividades profissionais na mesma.

A partir de 1.994 passei a frequentar periodicamente a instituição para fazer a pesquisa, o que acontecia uma vez por semana. No primeiro dia que estava na instituição para iniciar a pesquisa de campo, expliquei que estava indo lá porque iria “escrever um livro sobre eles”. Apesar de sentir que fui compreendida, percebi que eles não esboçaram a mínima reação, nem de curiosidade, nem de descontentamento.

Todas a vezes que chegava à instituição beijava as crianças, eles retribuía, mas sem a mínima manifestação de alegria, parece que tanto fazia, se beijasse ou não.

Difícilmente conseguia reuni-los em grupo, para fazermos alguma atividade, quando os chamava, diziam que não queriam. Só se reuniam em grupo quando eram obrigados pela direção da Casa.

Na tentativa de conseguir um meio de chegar até as crianças, me prontifiquei a passar remédio para matar os piolhos de seus cabelos. Todos gostavam da experiência e, este foi o momento que mais me aproximei deles. Enquanto lavava a cabeça de uma criança, ficava conversando com ela e também com as outras que estavam esperando

para receber o tratamento. Acredito que este fato ajudou na interação pesquisadora - pesquisado.

Hoje consegui construir uma relação amigável com as crianças, minha presença é solicitada principalmente para passar remédio contra piolhos, o que nos faz perceber que esse ato de cuidar dos cabelos é visto pelas crianças como uma experiência agradável, todos querem ter seus cabelos lavados, fazem fila para esperar a vez e aguardam com "um pouco" de paciência.

Essa aceitação me fez pensar que, apesar das crianças não demonstrarem abertamente sua afetividade, fazem isto de forma implícita, como no fato acima relatado, onde o contato físico existe e a resistência a ele não foi percebida pela pesquisadora.

Como sentia dificuldade em atrair as crianças para as atividades que propunha, passei a participar das atividades que eles propunham como: jogar futebol, assistir televisão e acompanhá-los até a escola.

Eram esses os momentos que aproveitava para conversar mais intimamente com os meninos, perguntando sobre suas famílias, sobre a experiência de morar nas ruas e o que eles achavam de tudo o que vivenciavam.

Com os meninos que tinha um pouco mais de intimidade perguntava se tinha algum assunto que eles gostariam de conversar, os pedidos sempre giravam em torno de sexo, AIDS e drogas.

Com esta alternativa consegui uma aproximação maior com as crianças, percebi que elas foram adquirindo mais confiança em mim e que também passaram a ser mais afetuosas, retribuindo os beijinhos recebidos.

A partir de então ficou mais fácil dar andamento à pesquisa e principalmente fazer com que se soltassem mais nas entrevistas.

1.3 - A RELAÇÃO FAMILIAR

Apesar de todas as crianças abrigadas na Casa terem morado na rua, todas possuem família; não há nenhum caso onde a criança foi para a rua por não ter família ou por abandono.

Todas as famílias das crianças residem em favelas na cidade de Campinas, espalhadas pelos mais diversos cantos da cidade. As casas são geralmente de dois cômodos.

Muitas das crianças que moram na casa Jimmy Hendrichs possuem pais com problema de alcoolismo, o que fez com que grande parte dos meninos saísse de casa para morarem na rua. Outro fator que levou as crianças para as ruas foi a necessidade de ganhar dinheiro para ajudar no orçamento familiar.

Todas as famílias visitadas vivem em situação de miséria; as famílias são numerosas e poucos são os membros que trabalham, assim o orçamento familiar não supera dois salários mínimos. Daí a necessidade de permanência do(s) filho(s) na instituição.

As famílias entrevistadas vêem o fato de seu filho frequentar uma instituição como sendo uma “graça divina”. Quando perguntadas se acham bom para a criança morar lá, respondem, “- foi a melhor coisa que aconteceu pra ele, graças à Deus !”

Gelsa (32 anos), tem dois filhos que moram na Casa e relatou, numa entrevista, que “as pessoas” perguntam para ela porque seus filhos ficam na instituição, se eles são viciados (isso porque é muito mais conhecido o trabalho da APOT com drogados do que com crianças de rua). Ela disse que responde que eles não são viciados e moram na Casa porque lá eles tem “...boa educação...sabe como é...eles não tem pai, então é melhor eles ficarem lá...”

Nas entrevistas, quando pedia para as crianças falarem de sua família, sempre diziam que gostam de seus pais e seus irmãos, mas que é melhor morar na Casa porque na casa da sua família ou não tem comida todos os dias, ou “a comida que tem não dá para todo mundo...” (Wandney, 11 anos)

As crianças tem clareza de todos os problemas vividos pela família e, na maioria das vezes, vivencia junto com ela suas dificuldades. Mas essas dificuldades não fazem com que deixem de se referir carinhosamente à ela.

Certa vez, era véspera do Dia das Mães e as crianças pediram para que fizesse, com eles, um cartão para darem às suas mães. Enquanto os ajudava com os papéis e as cartolinas, um menino que não sabia escrever chegou perto de mim e disse, com seu cartão na mão: - “ Tia, escreve uma coisa aqui pra minha mãe.” Respondi que tudo bem, e perguntei o que gostaria que escrevesse..., ele começou a ditar: “Mãe, muito obrigado por tudo que você tem feito por mim, obrigado mesmo, você é uma mãe muito legal! Um beijo... Alex “

Nas entrevistas, Alex (12 anos) havia me dito que sua mãe era alcoólatra e seu pai também, e que era por isso que ele estava morando na rua e depois foi para a Casa, porque seus pais ficavam bebendo o dia todo e não tinha comida em casa.

É curioso como, mesmo vivendo tudo isso, a criança não culpa seus pais pela sua pobreza e falta de comida e tem como projeção para o futuro, morar com sua família e ganhar bastante dinheiro para ajudá-la.

1.4 - A ESCOLA

As crianças que frequentam a Casa Jimmy Hendrichs estudam na Escola Municipal Raul Pila, localizada no bairro. Como muitos deles ficaram na situação de rua algum tempo sem frequentar a escola, as crianças que estão mais avançadas, estão no terceiro ano.

As professoras dizem que as crianças que moram na Casa são bem comportadas e que acompanham o desenvolvimento de todos os outros alunos da classe. Quando perguntadas sobre se existe preconceito, pelo fato de morarem numa instituição, dizem que não, porque desde o primeiro dia de aula ensinam que “todo mundo deve se respeitar..” (Ieda Silva Pinto, profa. 3. ano)

Ao lado da escola existe uma favela, e as crianças que moram lá também estudam nesta escola. Segundo a professora, isto facilita a aceitação das crianças, porque eles são “todos iguais” (se referindo ao fato de passarem necessidade) e complementa dizendo que “é difícil você ver uma criança aqui que tem uma família

assim certinha com pai e mãe, a maioria mora só com a mãe, ou com a avó, e alguns poucos, moram só com o pai..." (leda, profa. 3. ano)

Outra professora levantou a questão da carência afetiva dos meninos. Segundo ela, com eles, ela precisa ter um tratamento diferente daquele que utiliza com as outras crianças. Para chamar a atenção, quando fazem alguma coisa errada, não pode dizer não faça isso ou aquilo, tem que falar assim: " Leandro, tá certo o que você fez?, aí ele pensa e responde - Não tia, não tá, aí eu digo, peça desculpa pra ele, e ele pede..." (Rosimeire Zanata, profa. 3. ano)

Esta professora relatou que um menino que mora na Casa, Fernando (11 anos), por ocasião do Dia das Mães, disse que não gostava de sua mãe. Ela perguntou porque e ele respondeu - "...porque ela bate na gente de pau...". Rosimeire disse que tenta ensinar aos alunos que "devemos ter carinho com a mãe, porque é ela que nos dá educação, roupa, alimentação..."

A relação entre a direção da escola e a criança é feita pela instituição, ou seja, nas reuniões de pais e mestres, é sempre um funcionário que vai, como responsável pelas crianças.

A Profa. Maria Terezinha Pereira (1º ano) ressalta a "preocupação" que "o pessoal da Fazenda" tem com os meninos como sendo "muito boa". "... Sabe eles se preocupam em mandar material, (o) que pra criança é bom, né?!...porque quem não tem material se sente inferiorizado. O fato das pessoas da instituição fazerem isto dá segurança pra eles..."

Analisando o discurso das professoras, dá para perceber que mesmo conhecendo a realidade das crianças com quem trabalham, não possuem uma visão crítica sobre esta realidade, e na maioria das vezes passam às crianças conceitos e valores vivenciados por ela e pelos seus filhos, membros da classe média, mas não pelas crianças que frequentam a escola, provenientes todas elas de classes populares.

Observamos também que quando as professoras falam do trabalho desenvolvido na Casa Jimmy, referem-se às crianças como “menores”, dizendo que acham muito importante esse trabalho de “apoio ao menor”. O que demonstra o preconceito vigente nas classes médias brasileiras em relação à crianças em situação de risco.

Nas entrevistas as crianças se referem à escola como algo que elas gostam de fazer. Quando perguntadas porque estudam, respondem: “pra ser alguém na vida...”

2 - A CASA DE SÃO JERÔNIMO

2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A outra instituição que pesquiso é a Casa de São Jerônimo que pertence ao Seminário Católico ligado a Congregação dos Padres Somascos, localizado no bairro Chácara Primavera. A Casa tem este nome porque São Jerônimo Emiliani foi um santo que dedicou sua vida inteira para cuidar das crianças pobres e dos órfãos.

A religião católica é composta por Congregações, também conhecidas como Ordens Religiosas. Para desenvolver seu trabalho, cada Congregação baseia-se na vida e na experiência de um santo, tendo portanto o objetivo de atender uma população semelhante àquela que este Santo dedicou sua vida, a este objetivo os religiosos dão o nome de "carisma".²

A Congregação dos Padres Somascos tem como "carisma" cuidar das crianças abandonadas porque segue a vida e a obra de São Jerônimo Emiliani, que nasceu e viveu na cidade de Somasca, na Itália, daí o nome da Congregação.

O Seminário iniciou seu trabalho em Campinas no ano de 1.987, mas o trabalho com as crianças começou em 1.989. No início a instituição abrigava, em regime integral, quatro meninos e eram os religiosos do Seminário que cuidavam deles.

² - As informações sobre o Seminário e o trabalho dos religiosos, foram fornecidas pelo coordenador da Casa de São Jerônimo, Luis Carlos Basseto.

Sentindo necessidade de expandir o trabalho da instituição a Congregação contratou um funcionário que não era religioso, para cuidar deste trabalho. Assim em 1.992, Luis Carlos Basseto começou a coordenar o trabalho com as crianças da Casa São Jerônimo. Foi nesta época também que a instituição abriu espaço para que meninas frequentassem, porque até então o trabalho era feito somente com meninos.

A Casa de São Jerônimo abriga em média 17 crianças, de ambos os sexos. Atualmente é frequentada por 8 meninas e 9 meninos, com idade variando dos 8 aos 13 anos. A maioria das crianças são brancas, uma menina é negra e duas são pardas, somente um menino é pardo.

Luis Carlos é o único funcionário da instituição. Recebe ajuda dos religiosos que moram no Seminário para fazerem reforço escolar com as crianças e também assumir a responsabilidade por elas quando precisa ele sair.

Atualmente várias voluntárias que moram no bairro tem ajudado na rotina da instituição, principalmente no que se refere à alimentação. Antes era o Luis Carlos e as crianças mais velhas que faziam o almoço e o lanche, agora são as "pessoas da comunidade" que colaboram nessas tarefas, o que indica uma aceitação da instituição pela comunidade local.

Luis Carlos esclarece que a participação das voluntárias que moram no bairro, no trabalho da instituição faz parte de um dos objetivos desta. A proposta de envolver a comunidade neste trabalho sempre existiu, mas só ganhou forças, quando Luis Carlos começou a trabalhar lá. Daquela época até a atualidade vem aumentando muito o

número de pessoas da comunidade que querem "ajudar". Quem não pode colaborar com sua força de trabalho colabora com uma contribuição em dinheiro.

A relação de Luis Carlos com as crianças é extremamente carinhosa, tanto com as meninas como com os meninos. Constantemente eles estão se abraçando e beijando e as crianças correspondem sendo que, a relação afetuosa é recíproca.

Todas as crianças que frequentam a Casa estudam, de forma que ficam na instituição no período em que não estão em aula. A rotina da semana é desenvolvida através de um cronograma que distribui as atividades em cada dia da semana, a não ser o reforço escolar, que acontece todos os dias por uma hora. As atividades são: artesanato, bordados, capoeira, futebol, assistir filmes no vídeo, etc. Convém ressaltar que todas as crianças participam de todas as atividades, independentemente de sexo.

Após três anos trabalhando na Casa, Luis Carlos considera que o trabalho desenvolvido tem alguns limites, como por exemplo: espaço. Isto acontece porque a Casa é localizada dentro do Seminário, onde existe também uma Casa de Formação, destinada a cursos para religiosos. Portanto o espaço destinado às crianças fica um pouco aquém do desejado por elas.

Luis Carlos ressalta ainda a importância do "...envolvimento da família no projeto para o seu sucesso", segundo ele ainda não foi possível atingir plenamente este objetivo.

O trabalho desenvolvido pela Casa São Jerônimo tem uma diferença fundamental em relação ao trabalho da Casa Jimmy Hendrichs, isto porque as crianças que frequentam esta instituição nunca passaram pela experiência de morar na rua, caracterizando assim o trabalho como "preventivo", porque provavelmente se as crianças

não fossem atendidas pela instituição, ficariam na rua. Diferentemente da Casa Jimmy, onde todas as crianças já moraram nas ruas e de lá foram conduzidas a instituição, tendo esta um caráter de abrigo, porque é lá que as crianças moram atualmente.

2.2 - A QUESTÃO DA AFETIVIDADE

O contato inicial que tive com as crianças que ficavam na Casa de São Jerônimo foi em meados de abril por ocasião da primeira conversa com o Padre Enzo. Elas me receberam de forma amigável e principalmente curiosa, querendo saber quem eu era e o que faria lá.

Tão logo comecei a desenvolver um trabalho pedagógico com as crianças, senti que nosso relacionamento era carinhoso, e que a minha presença era vista com bons olhos.

Expliquei que era pesquisadora e que estava lá fazendo uma pesquisa para a UNICAMP, aparentemente eles compreenderam, mas sempre que podia voltava a perguntar se eles lembravam o que fazia, todas as vezes as respostas foram afirmativas, o que me fez concluir que conseguiram entender minha explicação.

Toda proposta de trabalho que fazia, tentado buscar dados para a pesquisa, como solicitar desenhos das crianças, por exemplo, era aceita e desenvolvida com boa vontade.

Sempre que chegava à instituição era recebida pelas crianças com beijos, o que gerou uma forte afetividade entre nós. Hoje todas as vezes que chego e que vou embora

as crianças me abraçam e me beijam. De algum tempo pra cá eles começaram a pedir para que deixasse em seus rostos a marca do batom. Eles ficam felizes com as marquinhas e tentam ao máximo conservá-la até o final do dia.

Nesta instituição desenvolvia atividades pedagógicas, chamada pelas crianças, de "reforço escolar" e participava de um momento ao qual demos o nome de "a roda da conversa", onde falávamos sobre situações vividas e experienciadas.

No cronograma da instituição tem um dia por semana que é dedicado à esportes. Sempre são realizados jogos neste dia, como bola queimada, futebol e pega bandeira. Todas as vezes que eles vão jogar quando estou lá, obrigatoriamente minha presença é requisitada para participar, o que faço com um "pouco" de dificuldade porque eles possuem um resistência para correr que é invejável.

Por ser uma instituição católica, é muito comum as orações entre eles, principalmente antes das refeições. O ritual é caracterizado pelo silêncio e pela pergunta do Luis Carlos - Quem faz a oração hoje? As crianças escolhem entre as pessoas presentes um ou dois para iniciar a oração. A base das orações é o agradecimento. Todas as vezes que estou na Casa a criança que faz a oração sempre se lembra de agradecer minha presença e tudo o que fizemos juntos naquele dia.

Atualmente possuo uma relação bastante afetuosa com as crianças, todas as vezes que chego na instituição, correm para me abraçar. Isto fez com que sentisse necessidade de manter uma frequência esporádica na instituição, mesmo depois de terminado o trabalho de campo.

2.3 - A RELAÇÃO FAMILIAR

As crianças que frequentam a Casa São Jerônimo moram em favelas no bairro ou em favelas dos bairros vizinhos. Nas casa visitadas é frequente a presença da mãe e das crianças, o que não acontece com o pai. De todas as crianças que frequentam a Casa nenhuma mora com sua família nuclear biológica completa. Algumas mães são viúvas e outras vivem um segundo ou terceiro casamento, não sendo aquele marido o pai dos seus filhos, mas a mãe biológica está sempre presente.

Quando entrevistadas as famílias dizem que é muito bom a criança ficar na instituição, porque se ele não ficasse lá, ia ficar "pra rua". Constantemente é dito "graças a Deus".

Luzia (31 anos), tem dois filhos na instituição e diz que o comportamento deles melhorou muito depois que eles começaram a frequentá-la, principalmente o Ernani (12 anos), porque ele era muito nervoso e brigava constantemente com irmãos. A mãe atribui esta mudança ao fato dele estar aprendendo "coisas diferentes lá". Esta aprendizagem é vista por ela como algo muito bom, não só para o Ernani mas também para a família, porque "...o que ele aprende depois ele ensina em casa, porque com esta turma de filhos a gente ensina, mas também aprende...".

A mãe de Marcelo acha o trabalho da instituição muito bom, embora reconheça que nunca esteve lá, "...eu só conhece o que o Marcelo diz, que ele aprende cozinha, então eu acho bom, né?!" Quando perguntada se ficar lá faz bem para seus filho,

responde que sim, porque antes ele ficava na creche, mas não gostava, mas "...ele gosta de ficar lá, então é porque é bom!..."

As crianças valorizam a família e a vêem como sendo boa e gostam dela. Emerson (10 anos) disse que gosta do pai e da mãe durante a semana e nos finais de semana não, quando perguntado porque respondeu - "...porque eles bebem".

A maior reclamação das crianças em relação à família está na relação com os irmãos. Relatam que as brigas são constantes, onde sempre o mais velho bate nos mais novos. Quando perguntados se ninguém da família interfere respondem que não. Rodrigo (10 anos) disse - "...ih tia, minha mãe até acha bom, assim a gente sossega..."

2.4 - A ESCOLA

As crianças que frequentam a Casa São Jerônimo estudam na Escola Estadual Dante Alighieri Vita, localizada próxima à instituição, no bairro Chácara Primavera.

Todas as professoras dizem que o comportamento das crianças é muito bom, que não há problemas quanto à isso. Quanto à aprendizagem, dizem que acompanham a classe e que estão na média dos outros alunos.

Quando perguntadas se percebem alguma diferença entre as crianças da Casa e as outras, respondem que não, porque "...quem não fica na instituição, fica na creche."³

(Maria Lúcia de Souza, profa. do ciclo básico)

³ - A creche é uma instituição pertencente à Congregação das Irmãs Nossa Sra. de Misericórdia, localizada próxima ao Seminário, atende em média 300 crianças de 0 a 14 anos, sendo que de 0 a 6 anos frequentam o maternal e as de 7 a 14 anos frequentam o clube (que é um tipo de complementação

A escola tem uma classe considerada especial, onde são colocadas as crianças que tem dificuldade de aprendizagem. Para diagnosticar as dificuldades na aprendizagem, no final do ano a escola contrata um psicólogo que vai até lá e aplica testes de inteligência nas crianças, dando posteriormente um diagnóstico sobre as condições de aprendizagem da criança.

A professora desta classe, Maria Lúcia, tem quinze alunos (número máximo permitido pelo Estado para a classe), do total de seus alunos, 13 fizeram o teste de inteligência e foram considerados deficientes mentais pelo psicólogo.

Comentando esta atitude, Maria Lúcia diz que acha um absurdo isto, pois o psicólogo chega à escola e num único dia aplica o teste, sem conhecer os alunos, sua família e sua vida, e dá um diagnóstico deste tipo. Para ela, seus alunos vão bem na aprendizagem e não vê como seriam deficientes.

Perguntada porque essas crianças fazem esse teste, Maria Lúcia diz que é porque a escola os considera com problemas de comportamento e disciplina, falta de interesse e as vezes o fato de um irmão já ter passado por esta classe, influi no encaminhamento do outro para o teste.

Esta professora é a única que possui graduação (Educação Especial - PUCAMP) e especialização (Deficiente Mental - UNICAMP). Observamos que a formação das professoras influencia na sua criticidade em relação ao ensino público,

escolar). A creche foi fundada há 15 anos atrás e quem pode contribui com o trabalho para deixar seus filhos lá. As contribuições variam de 5,00 a 50,00.

pois esta foi a única professora que fez ressalvas às formas de encaminhamento das questões escolares.

Após terminada a entrevista com a professora Maria Lúcia, fui conversar com outra professora. Quando estava no meio da entrevista Maria Lúcia, entrou na sala e disse - "eu estava pensando uma coisa que talvez seja interessante você saber...", pedi para que ela dissesse o que era e ela ressaltou que dos 15 alunos que tinha, 7 frequentavam a instituição pesquisada e 5 frequentavam a creche. Analisando esses dados concluiu: "...é o abandono, a carência da família, a falta de atenção da família, desse convívio (que) pode estar influenciando nesta situação..." Depois Maria Lúcia parou, pensou um pouco e fez outra análise "...será que este dizer especial (referindo-se à classe) não está ligado a esse contexto familiar, social das crianças...?".

Maria Lúcia, disse ainda que o fato dos testes de inteligência terem considerados os alunos como deficientes mentais, sendo que para ela eles tem uma aprendizagem "normal", a impulsionou para um curso de mestrado...

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"... Brasil mostra tua cara, quero ver quem paga pra gente ficar assim. Brasil qual é o seu negócio, o nome do teu sócio confia em mim..."

(Brasil - Cazuza)

1 - AS INSTITUIÇÕES

No Brasil, historicamente as políticas sociais tem funcionado de forma ambígua, procurando acomodar as relações entre o Estado e a sociedade civil. Observamos que no contexto das prioridades governamentais, nos últimos vinte anos, essas políticas adquiriram, mais do que nunca, pouca efetividade social e se desenvolveram subordinadas a interesses econômicos. O resultado é o aspecto excludente que caracteriza os investimentos do Estado, "apenas permitindo acesso discriminado a recursos e serviços sociais"¹ a uma parte da população escolhida segundo critérios clientelistas.

A crescente demanda das populações carentes de recursos buscando sua sobrevivência, tem revelado o aspecto inoperante e ineficiente da intervenção do

¹ - op. cit., SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL (SEBES), POPULAÇÃO DE RUA, S.P., Hucitec, 1.994, pg. 113.

Estado nas políticas sociais. Em lugar de buscar superar essa ineficiência, o Estado escolhe o caminho da política recessiva, agravando a situação de miséria, como consequência do enorme desemprego por ela gerado, aumentando o contingente de exclusões e acentuando e prolongando o processo de exclusão.

Politicamente a história econômica e social do país vem sendo caracterizada pela matriz conservadora e oligárquica, permeando as relações sociais pela prática do favor, através do compadrio e do clientelismo. Na aplicação das políticas sociais, percebemos a insistência dessa mesma matriz, que resulta no não reconhecimento dos direitos sociais dos cidadãos e na consideração destes como incapazes e necessitados de ações filantrópicas.

O fornecimento do Estado de serviços e bens necessários à sobrevivência da classe trabalhadora, tem o objetivo de impor à sociedade mais ampla os interesses políticos e sociais das classes dominantes e principalmente, "obter legitimidade em sua tarefa de administrar as desigualdades sociais."²

Para administrar essas desigualdades, o Estado em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal), se utiliza de políticas, ações e instituições, para enfrentar a questão social. Essa administração estende-se, não só aos aparatos estatais, mas também à rede de instituições assistenciais privadas. "Organismos públicos e privados complementam-se, combinam-se de formas variadas, constituindo-se em veículos de uma face humanizada do sistema."³

² - op. cit., idem, ibidem, pg. 114.

³ - op. cit., idem, ibidem, pg. 114.

Nesse contexto, as instituições sociais exercem um papel de mediadoras das políticas, ações e instituições do Estado, para que as classes subalternas possam ter acesso aos bens e serviços necessários à sua manutenção.

A utilização das instituições implementadoras das políticas sociais pelo Estado proporciona a possibilidade de levar a determinados indivíduos e grupos locais a oportunidade de conceder as benesses estatais em troca de futuros votos e também garante a efetividade do caráter filantrópico da instituição, construindo junto com ela a imagem de "pai dos pobres" para certos membros da elite da comunidade reforçando assim o seu prestígio social.

Vistas assim, as instituições assumem um papel político importante, fazendo parte da rede de mecanismos reguladores da exclusão social e tornando-se instrumentos da política social e do jogo político local, estruturando-se em função de clientela especiais, que variam segundo o contexto econômico, social e político do momento.

A elaboração, pelas instituições, de políticas sociais setorizadas (como atendimento a criança, ao migrante, as mulheres, etc.), fragmenta a realidade social, obscurecendo a profundidade desta, fazendo com que as classes dominadas fiquem isoladas nas suas carências específicas, considerando-as resultado do seu próprio fracasso.

Dentro deste contexto, "a política social no Brasil se mantém opaca, sem visibilidade, sem identidade, sem direção clara, germinando e proliferando numa

caótica rede de instituições públicas produtoras de assistência e serviços sociais, que se apresentam marginais até mesmo para seus agentes técnicos.”⁴

As propostas do Estado no que se refere à política social, são concebidas assistencialmente, demonstrando um significado negativo, arcaico, religioso, altruísta e estigmatizante, baseado na inspiração darwinista entre fracos e fortes, aptos e inaptos para o trabalho. Ideologicamente, as carências são desfocadas como consequência dos atributos pessoais, desconsiderando assim, o processo de exclusão, próprio das relações capitalistas.

A insistência nessa política social desligada do contexto político e social mais amplo, não permite que a assistência social no Brasil assumira o perfil de uma política no campo da reprodução social, “configurando-se o assistencial como espaço marginal e compensatório de atendimento aos excluídos.”⁵

Paradoxalmente, “fica intocada a sociedade capitalista e estudam-se, no quadro de sua mecânica institucional, as possibilidades do maior e melhor desempenho na tarefa de dissimular e atenuar as “desigualdades sociais” pela reinterpretação e a modernização conservadora do capitalismo.”⁶

Especificamente na questão social da infância e juventude, a ausência de políticas sociais capazes de restituir a infância à crianças e adolescentes e proporcionar-lhes proteção social e efetiva, submetem esses segmentos “a restrições e constrangimentos de toda sorte, que comprometem o direito à vida e

⁴ - op. cit., FALCÃO, Maria do Carmo, et alii, A SEGURIDADE NA TRAVESSIA DO ESTADO ASSISTENCIAL BRASILEIRO, in: OS DIREITOS (DOS DESASSISTIDOS) SOCIAIS, S.P., Cortez, 1.989, pg. 123.

⁵ - op. cit., SEBES, 1.994, pg. 115.

⁶ - op. cit., MENEZES, 1.993, pg. 36.

limitam seu acesso aos bens e ao patrimônio da civilização, desumanizando-os, embrutecendo-os e instituindo a violência como única linguagem possível, aquela que exclui o diálogo e o apelo à razão.”⁷

A existência de instituições de assistência social é uma das peculiaridades da civilização cristã, “desde o início da propagação da doutrina, pautando-se por uma ética que se propõe conciliar princípios da dignidade humana com uma conjuntura de profundas desigualdades sociais.”⁸

A trajetória das instituições sociais não foi monolítica, estas sofreram transformações históricas, o que as obrigou diversificar suas práticas, modernizar suas estruturas burocráticas e incorporar novos conceitos produzidos na sociedade. Desta forma, ao longo do tempo foram surgindo diferentes trabalhos direcionados à diversificadas clientela.

No caso específico de instituições que atendem crianças em situação de risco, encontramos várias metodologias que permeiam estes trabalhos, tanto na área pública como na privada.

Na área pública, é reconhecido o caráter repressivo e irrecuperável da FEBEM, que é ao lado da sua precursora FUNABEM, a maior expressão da falência do aparato estatal nessa questão.

Comentando a prática institucional da FEBEM-SP, GUIRADO (1.986) conclui que, esta instituição faz da carência e da marginalidade da clientela o eixo de sua existência, “e o faz de tal forma que parece em alguns momentos e a alguns

⁷ - op. cit., PINHEIRO, Paulo Sérgio e ADORNO, Sérgio, “VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, VIOLÊNCIA SOCIAL E ESTADO DE DIREITO”, in: SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 7(1):106-117, jan/março 1.993, pg. 111.

⁸ - op. cit., SEBES, 1.994, pg. 117.

agentes, que a carência e o abandono extremos da clientela *devam* existir para que a instituição sobreviva e tenha sucesso.”⁹

Também buscando analisar a prática institucional da FEBEM-SP, VIOLANTE (1.985) conclui que a legitimidade da existência desta instituição reside no caráter de mediadora entre o “menor” e a sociedade da qual foi alijado, embora “a ressocialização e a reintegração social (pela) via institucional produz os efeitos contrários àqueles a que se propõe (pois) a marginalidade do “menor” e a FEBEM são produtos de uma mesma estrutura social”.¹⁰

As duas instituições pesquisadas para a realização deste trabalho, são de caráter religioso, baseando-se na religião católica, embora a Casa de Jimmy Hendrichs propague a doutrina, também proposta na FEBEM, de disciplina e recuperação.

Na Casa Jimmy Hendrichs as famílias das crianças são o único referencial do abandono por elas vivido, fazendo com que a relação instituição/criança/família seja cada vez mais dilacerada pela distância e a imposição de novas regras sociais. Não é considerada a relação entre o contexto social, criado com a exploração capitalista, com a situação de pobreza vivenciada pelas famílias, onde o abandono às vezes é visto como alternativa de sobrevivência para elas. Sendo assim, estas são vistas como causadoras do “problema” e não como resultado de um sistema econômico gerador de “problemas”.

A Casa São Jerônimo, desenvolve um trabalho com caráter mais participativo e integrador, tanto em relação a criança que atende como também às

⁹ - op. cit., GUIRADO, 1.986, pg. 190, grifos meus.

¹⁰ - op. cit., VIOLANTE, 1.985, pg. 191.

suas famílias e junto à comunidade do bairro. Seu trabalho baseia-se no envolvimento gradual da família e da comunidade nas atividades da Casa, visando um entrosamento de todos na discussão da necessidade de mudança na sociedade, vista como produtora e reprodutora da miséria e conseqüentemente, da exclusão social.

Buscando analisar a influência da família na socialização da criança institucionalizada, encontramos na realidade, a influência que a instituição possui na socialização da criança que atende ao integrar ou não as famílias nesse processo.

Como falamos anteriormente, a família nesta pesquisa é vista como mediadora entre a sociedade e seu(s) filho(s) exercendo um papel socializador. O que acontece porém com as famílias pesquisadas é que elas não estão participando da sociedade, encontrando-se excluídas pelo sistema econômico, porque sua produção não permite a participação na compra e venda de bens e serviços produzidos na sociedade, o que dificulta o cumprimento desta função. Sendo assim, as crianças são socializadas através dos vários grupos sociais com quem convive, não possuindo um referencial socializante.

Engrossando a parcela dos excluídos dos bens e serviços produzidos pela sociedade, encontrando-se à margem desta, a família assume que não possui condições de fornecer aos seus filhos alimentação, cuidados, afeto e educação, permitindo que "outro" faça por ela.

A instituição entra nesta história como complemento para a realização dos papéis que a família não está conseguindo desempenhar, com o objetivo de

reintegrar e ressocializar os atendidos. Assim sua metodologia de trabalho vai estar baseada na alimentação, educação e na imposição de normas e regras sociais.

A maioria das regras sociais incorporadas pelas crianças, parecem ser aquelas veiculadas pelas instituições. Isto porque as regras na instituição são explícitas e declaradas, sendo que, na família onde a luta pela sobrevivência é cotidiano, elas poderão até serem burladas, caso seja necessário para a obtenção da sobrevivência, sempre precária.

No caso das regras e valores existentes na sociedade a família assumidamente delega para a instituição aquilo que declaradamente não pode fazer, que é inserir seus filhos na sociedade como esta está estruturada, uma vez que nem mesmo ela está incluída nesta mesma sociedade, ou seja, a mediação entre criança e sociedade é feita pela instituição.

Ao assumir o papel socializador da família, a instituição socializa seus atendidos de acordo com uma metodologia própria, que sofre alterações conforme as expectativas de cada uma. Portanto as instituições que atendem crianças e adolescentes em situação de risco se diferenciam pela forma como desenvolvem seus trabalhos e também pela relação que estabelecem com a clientela atendida. Com as duas instituições estudadas nesta pesquisa essa diferenciação é clara e determinante.

As crianças da Casa Jimmy Hendrichs viveram uma curta experiência socializadora com a família, completando este processo com a vivência nas ruas. Ao socializar-se nas ruas a criança desenvolve uma característica de resistência e de defesa, em relação à tudo e à todos, uma vez que sua sobrevivência depende

exclusivamente da sua capacidade de defesa às ameaças e de resistência às privações.

Ao ingressar na instituição a criança leva consigo as socializações obtidas até então, ou seja, a da família e a da rua, agindo conflituosamente entre as normas, valores e regras apreendidas em cada situação. Este conjunto de aprendizagem não é respeitado pela instituição que age de forma autoritária, ao impor suas regras, e de forma superficial, ao desprezar o contexto social vivido pelo seu grupo familiar.

Ao se deparar com esta situação a criança reproduz a socialização obtida na rua de resistência e defesa, agindo constantemente de forma rebelde, como se tivesse o tempo todo testando o sistema e as pessoas da instituição responsáveis pelas regras impostas arbitrariamente.

Dentro desse quadro, o objetivo de reintegração e ressocialização da instituição, se torna inconsistente e falho na mediação que se propôs exercer, uma vez que a metodologia adotada não fornece às crianças o reconhecimento de uma realidade diferente, ao contrário, reforça o processo de exclusão social muito bem experienciado pelas crianças que vivenciam o "morar na rua".

Na Casa São Jerônimo as crianças atendidas não viveram a experiência de "morar na rua", trazendo para esta instituição somente a socialização obtida com a família. O trabalho da Casa baseia-se na adoção de uma metodologia participativa e integralizadora que proporciona às crianças a inserção na sociedade mais ampla, uma vez que as regras são discutidas abertamente. Neste caso, observamos que a exclusão vividas pelas crianças e suas famílias fica restrita ao econômico, pois a

instituição colabora na participação social das crianças que atende uma vez que busca coordenar as suas ações com as da família, da escola e da comunidade, exercendo assim seu papel de mediadora - razão de sua existência.

Portanto, com o objetivo de concluir esta pesquisa, aferimos que a família influencia na socialização de seus filhos institucionalizados, mas que o determinante é a relação que a instituição vai estabelecer ou não, entre a criança e seu grupo familiar demonstrando assim sua capacidade de mediadora entre a sociedade e a criança.

O consentimento da família no desempenho do papel socializador desenvolvido pela instituição é aparentemente tranquilo, justificado com frases como "...meus filhos ficam lá porque lá eles tem boa educação..." e principalmente pelo fato de que a instituição representa uma alternativa, talvez a última, para a sobrevivência de seus filhos.

O sistema capitalista produtor da marginalidade e da exclusão social, retira dos indivíduos todos os seus direitos enquanto seres humanos quando os coloca fora da produção de bens e serviços sociais e, não bastando, retira-lhes também o direito de formar a próxima geração de trabalhadores, transmitindo-lhes suas vitórias conquistadas. Essa tarefa não mais pertence inteiramente à família trabalhadora, à qual, tem alguma ilusão de participação na sociedade, através da socialização via instituições.

2 - A EXPERIÊNCIA DE "MORAR NA RUA"

Durante todo o processo do trabalho de campo, observava atentamente as diferenças nas formas de se relacionar existentes entre as crianças da Casa Jimmy e as da Casa São Jerônimo. A dificuldade de se trabalhar com as crianças da Casa de Jimmy Hendrichs era constante, não só da minha parte mas também para todas as pessoas da instituição. O que não acontecia na Casa São Jerônimo.

Questionando essa diferença, observei um fato que considerei decisivo nas diferenças percebidas, a experiência de morar na rua. Esta temática não era o objeto de análise dessa pesquisa, mas sua discussão foi considerada importante e relevante, o que fez com que sua análise se tornasse parte final deste trabalho.

A experiência de morar na rua deve ser entendida como resultante de um processo de exclusão total, vivido pelas classes trabalhadoras, através do seu crescente empobrecimento, causado pela manutenção da política brasileira no eixo do arrocho salarial e da concentração de renda.

A situação de ruptura de todos os vínculos sociais é que leva os indivíduos (adultos e crianças) a morarem nas ruas. Geralmente se observa uma multiplicidade de razões gerando esta situação: pobreza, separação, morte, migração, etc. Assim morar nas ruas é uma quebra sucessiva de vínculos, através da qual as relações sociais se fragmentam. "A vida na rua é o último estágio de uma série consecutiva de perdas e exclusões."¹¹

¹¹ - op. cit., BROIDE, Jorge, PAINEL: ESTOU NO MUNDO DA RUA, Centro Latino Americano de Estudos em Saúde Mental, 1.991, mimeo, pg. 20.

Observamos que "a desigualdade social e a pobreza não são privilégios da sociedade moderna, mas um produto histórico que se modifica no espaço e no tempo",¹² constituindo não só uma questão econômica, mas principalmente um parâmetro de avaliação social. "Numa sociedade capitalista que se organiza com base na compra e venda da força de trabalho, a legitimidade social, a dignidade pessoal se firmam através da ética do trabalho."¹³

Desta forma, a população de rua que se encontra numa situação de extrema pobreza, excluída da classe trabalhadora, tem seu lugar social demarcado, fora do mundo do trabalho, sendo estigmatizada pela sociedade como um todo e pela classe trabalhadora em particular.

Inseridos no contexto brasileiro baseado na recessão e desemprego, grande parte da classe trabalhadora fica exposta às condições precárias do mercado informal de trabalho e à falta de emprego.

O processo de estruturação da vida nas ruas dificulta determinantemente a reinserção dos indivíduos no mercado formal do trabalho, pois para que se dê a compra e venda da força de trabalho na sociedade capitalista, dois elementos são fundamentais. Em primeiro lugar é preciso que o sistema econômico ofereça a possibilidade de compra desta mercadoria, o que tem sido escasso com o aumento da recessão e conseqüentemente do desemprego. Em segundo lugar, para vender força de trabalho não basta querer, é necessário uma garantia de sobrevivência (alimentação, moradia, vestuário, condução, etc) até o momento de obtenção de rendimentos advindos da venda da sua força no mercado de trabalho. Geralmente

¹² - op. cit., SEBES, 1.994, pg. 17.

¹³ - op. cit., idem, ibidem, pg. 18.

esta garantia é oferecida pela família, porém numa situação de privação fica mais difícil para o trabalhador manter-se, a si mesmo e ao grupo familiar, e assim ter chances no mercado de trabalho.¹⁴ Dá-se então uma fragmentação do grupo familiar com a procura do mundo da rua para que um mínimo de sobrevivência possa ser mantido.

A Secretaria do Bem Estar Social, em pesquisa realizada em 1.991, estimava em quatro milhões o número de pessoas que vivem nas ruas e ou em habitações que não atendem a necessidade de padrões mínimos de habitabilidade, na cidade de São Paulo. Um estudo do canadense Jim Ward, estima em cem milhões o número desta população no mundo sendo que destes, vinte milhões viveriam na América Latina.¹⁵

Pesquisando a população de rua em São Paulo a Secretaria do Bem Estar Social observou que o grupo mais significativo que compõe a população de rua é formado por homens, que somam um total de 94% de presença nos locais pesquisados. A proporção de analfabetos e semi-analfabetos é de 13%, a maioria deles cursou o primeiro grau, e 6% iniciou estudos no segundo grau.

Em relação a família da população pesquisada, pela Secretaria do Bem Estar Social, apenas 5% declarou não possuir parentes, entre os demais, aproximadamente metade mantém alguma forma de contato com a família. "Constatou-se que à proporção que aumenta o tempo de rua diminui a frequência dos contatos familiares."¹⁶

¹⁴ - Sobre esse assunto ver: NEVES, Delmo Pessanha, Palestra proferida no I Seminário Nacional sobre População de Rua. São Paulo, jun, 1.992, mimeo.

¹⁵ - Dados obtidos de SEBES (1.994), pags. 47 e 48.

¹⁶ - op. cit., idem, ibidem, pg. 72.

Outra constatação verificada é que mais de 20% dos pesquisados já estiveram internados em alguma instituição, principalmente, hospitais psiquiátricos, FEBEM e orfanatos. "Parece haver um segmento da população de rua, especialmente jovens, que procede de instituições."¹⁷

No estudo de FERREIRA (1.979) foi constatado a mesma relação entre crianças e adolescentes que moram nas ruas e as instituições frequentadas com objetivo de recuperar e ressocializar a população infanto-juvenil.

O estudo da SEBES constatou que a população de rua possui uma visão idealizada da realidade, suas expectativas de futuro englobam grandes projetos de vida, principalmente com o objetivo de ganhar dinheiro para dar as suas famílias. É como se fosse uma forma de driblar a dura e sofrida realidade vivada por eles, onde as ameaças são constante e a sobrevivência é um desafio.

Na pesquisa que desenvolvi observei que as crianças que moram na Casa Jimmy Hendrichs, também idealizam sua realidade. Certa vez, entrevistando um menino de 12 anos, perguntei porque ele estava lá e este respondeu que era porque quando morou na rua cheirou cola e precisava se recuperar. Consultando o fichário, vi nas anotações, que Wandney, morava na Casa porque sua mãe saía de casa por vários dias consecutivos deixando seus três filhos sozinhos. Tendo o Juiz da Vara e da Infância recebido esta denúncia, determinou que as crianças fossem retiradas do convívio da mãe até que ela regularizasse sua situação. A assistente social da Casa, Maria Lúcia, disse que a última notícia da mãe de Wandney, era a

¹⁷ - op. cit., idem, ibidem, pg. 76.

de que tinha ido viajar e nunca mais dera retorno de sua volta, isso havia acontecido há mais ou menos três meses.

A lógica que a rua impõe aos seus moradores é totalmente diferente daquela vivida pelo trabalhador inserido na sociedade, que vive o cansaço do trabalho, o tempo controlado, uma precária qualidade de vida, de alimentação e habitação. Desta forma é preciso socializar-se nas ruas para poder viver nelas, uma vez acontecido isso, "como retornar a um estressante cotidiano na construção civil ou em serviços gerais, aliado muitas vezes aos problemas de saúde e alcoolismo?"¹⁸

As relações afetivas dos indivíduos que moram nas ruas são ali estruturadas, desenvolvendo uma série de relações substitutas àquelas perdidas. O morar, aprender, ganhar dinheiro, constituir família, etc, anteriormente realizados em espaços diferentemente organizados, passam a se realizar na rua. Para as populações marginalizadas as necessidades são satisfeitas de forma "condensada e indiferenciada, em um só lugar, que é a rua."¹⁹

A rua se apresenta, aos seus moradores, como um espaço urbano multifacetado, gerando várias dimensões socializantes. A rua é o local do trabalho precoce, "do mundo da delinquência, do consumo de drogas, do crime, das agressões policiais e do alvo de exterminadores".²⁰

¹⁸ - op. cit., idem, ibidem, pg. 100.

¹⁹ - op. cit., BROIDE, 1.991, pg. 21.

²⁰ - op. cit., SPOSITO, Marília Pontes, "A SOCIABILIDADE JUVENIL E A RUA: NOVOS CONFLITOS E AÇÕES COLETIVAS NA CIDADE", in: TEMPO SOCIAL - REVISTA DE SOCIOLOGIA DA USP, S.P., USP, 5(1-2):161-178, 1.993, editado em novembro de 1.994, pg. 166.

As crianças da Casa Jimmy Hendrichs vivenciam a socialização na rua numa fase, onde a capacidade de avaliar as alternativas apresentadas são pequenas, devido ao número de informações que possuem registrado, diferentemente do adulto. Desta forma, para as crianças socializar-se nas ruas, causa-lhes um constante "estado de alerta", colocando-os na defensiva contra tudo e contra todos.

Para BROIDE (1.991) os indivíduos que moram nas ruas são obrigados a viverem o imediato da existência. A preocupação com o comer, beber, vestir, ganhar dinheiro, etc, é exclusivamente para o "agora", fazendo com que não seja vista a possibilidade de futuro.

Sem poder considerar a possibilidade de futuro, o indivíduo não tem condições de elaborar um "projeto de vida", isto faz com que ele não transforme a si mesmo e nem os outros. "O imediatismo, o ser impelido a viver o hoje, impede que o indivíduo constitua um projeto, premissa básica para a transformação de si mesmo e do outro." ²¹

A estruturação da sobrevivência nas ruas gera uma "cultura da rua", onde novos códigos são estabelecidos e outras normas respeitadas. A realização de atividades como tomar banho, vestir-se, comer, até então elaboradas no privado, passam a serem realizadas no público, transformando estes espaços, originalmente tidos como públicos, em privado. Assim, o que era público adquire um novo significado para a população de rua tornando-o também privado, descontentando aqueles que possuem o espaço doméstico para realizar suas

²¹ - op. cit., idem, ibidem, pg. 37.

atividades privadas e sentem-se agredidos com esta inversão de regras sociais para a utilização dos espaços comunais. “Essa apropriação privada do espaço público subverte uma regra geral básica de uso do espaço, o que torna conflitiva a ocupação das ruas como moradia.”²²

A população de rua reflete o resultado cruel do processo de exploração capitalista, onde seres humanos são relegados às condições sub-humanas, por aqueles que vivem da lógica da mercadoria, produtora de lucro, onde quem não se enquadra nessa produção é colocado à margem da sociedade, uma vez que sua existência não produz e nem reproduz o capitalismo .

As instituições pesquisadas estão fortemente marcadas, na sua estruturação física e metodológica, pela ameaça do “morar na rua”, gerada pela sociedade capitalista pós-80. As crianças por sua vez, carregam consigo o medo dessa ameaça, que paira constantemente sobre a realidade que vivem.

²² - op. cit., SEBES, 1.994, pg. 131.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVICH, Fanny, O MITO DA INFÂNCIA FELIZ, S.P., Summus, 3. edição, 1.983
- AFONSO, Almerindo Janela, "SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO NÃO-ESCOLAR: REACTUALIZAR UM OBJECTO OU CONSTRUIR UMA NOVA PROBLEMÁTICA", in: STOER, Stephen,(org.), A SOCIOLOGIA NA ESCOLA, Bilblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento, Porto, 1.992
- ALBUQUERQUE, José A. Guilhon, INSTITUIÇÃO E PODER, R.J., Graal, 1.986
- ALTENFELDER, Mário, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO, ADESC, R.J., 1.973
- ALTOÉ, Sonia, INFÂNCIAS PERDIDAS, R.J., Xenon, 1.990
- ALVIM, Maria Rosilene e VALLADARES, Lícia, "INFÂNCIA E SOCIEDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA LITERATURA", in: Boletim Informativo Bibliográfico, n. 26, R.J., Vértice, 1.988
- ANTUNES, Ricardo, ADEUS AO TRABALHO?, Campinas, Cortez, 1.995
- ANTUNIASSI, Maria Helena R., TRABALHADOR INFANTIL E ESCOLARIZAÇÃO NO MEIO RURAL, R.J., Zahar, 1.983
- ARIÈS, Philippe, HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA, R.J., Zahar, 1.979
- ARRUDA, Rinaldo Sérgio V., PEQUENOS BANDIDOS, UM ESTUDO SOBRE A GESTAÇÃO DOS MENORES INFRATORES NA CIDADE DE SÃO PAULO, S.P., Global, 1.983

- BAZÍLIO, Luiz Cavalieri, O MENOR E A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL, B.H., Vega Novo Espaço, 1.985
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas, A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE, R.J., Vozes, 1.985
- BETTELHEIM, Bruno, A PSICANÁLISE DOS CONTOS DE FADAS, R.J., Paz e Terra, 1.978
- BIERRENBACH, Maria Inês, FOGO NO PAVILHÃO, S.P., Brasiliense, 1.987
- BOTT, Elizabeth, FAMÍLIA E REDE SOCIAL, R.J., Francisco Alves, 1.976
- BRIOSCHI, Lucila e TRIGO, M. H. Bueno, FAMÍLIA: REPRESENTAÇÃO E COTIDIANO. REFLEXÃO SOBRE UM TRABALHO DE CAMPO, 2. série, Cadernos CERU, 1.989
- BROIDE, Jorge, et al, in: "PAINEL: ESTOU NO MUNDO DA RUA", Centro Latino Americano de Estudos em Saúde Mental, dez. 1.990, mimeo
- BRUSCHINI, Cristina, MULHER, CASA E FAMÍLIA, S.P., Vértice, 1.990
- CAMPOS, Dinah M.S., O TESTE DO DESENHO, Petrópolis, Vozes, 1.973
- CAMPOS, Maria Christina S.S., EDUCAÇÃO: AGENTES FORMAIS E INFORMAIS, S.P., E.P.U., 1.985
- CAMPOS, Angela Valladares D. S., O MENOR INSTITUCIONALIZADO: UM DESAFIO PARA A SOCIEDADE, Petrópolis, Vozes, 1.984
- CÂNDIDO, Antonio, "THE BRAZILIAN FAMILY", in: SMITH, Thomas L., BRAZIL, PORTRAIT OF HALF A CONTINENT, Westport, Connecticut, Greenwood press, 1.972

- CANEVACCI, Máximo, DIALÉTICA DA FAMÍLIA, S.P., Brasiliense, 1.982
- CARDOSO, Ruth, A AVENTURA ANTROPOLÓGICA, S.P., Paz e Terra, 1.988
- CHAUÍ, Marilena, O QUE É IDEOLOGIA, S.P., Brasiliense, 1.989
- CHAUÍ, Marilena, REPRESSÃO SEXUAL, S.P., Brasiliense, 1.984
- CHENIAUX, Sonia, TRAPACEADOS E TRAPACEIROS: O MENOR DE RUA E O SERVIÇO SOCIAL, S.P., Cortez, 1.982
- CORREA, Mariza, et al, COLCHA DE RETALHOS, S.P., Brasiliense, 1.982
- COSTA, Antonio Carlos, "INFÂNCIA, JUVENTUDE E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL", in: BRASIL - CRIANÇA URGENTE, S.P., Columbus, 1.989
- COSTA, Jurandir F., ORDEM MÉDICA E NORMA FAMILIAR, R.J., Graal, 1.983
- DALLARI, Dalmo e KORCZAK, Janusz, O DIREITO DA CRIANÇA AO RESPEITO, S.P., Summus, 1.986
- DAUSTER, Tania, "RELATIVIZAÇÃO E EDUCAÇÃO, USOS DA ANTROPOLOGIA NA EDUCAÇÃO", Trabalho apresentado na XIII ANPOCS, mimeo, Caxambú, outubro de 1.989
- DIMENSTEIN, Gilberto, A GUERRA DOS MENINOS, 5. edição, S.P., Brasiliense, 1.990
- DONZELOT, Jacques, A POLÍCIA DAS FAMÍLIAS, R.J., Graal, 1.980
- DURKHEIM, Émile, AS REGRAS DO MÉTODO SOCIOLÓGICO, 6. edição, S.P., Companhia Editora Nacional, 1.974

- DURKHEIM, Émile, EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA, 11. edição, S.P., Melhoramentos, 1.978
- EDMUNDO, Lygia Pereira, INSTITUIÇÃO: ESCOLA DE MARGINALIDADE?, S.P., Cortez, 1.987
- ENGELS, Friedrich, A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, R.J., Civilização Brasileira, 1.984
- ERIKSON, Erik, INFÂNCIA E SOCIEDADE, R.J., Zahar, 1.971
- FALEIROS, Vicente Paula, A POLÍTICA SOCIAL DO ESTADO CAPITALISTA, 4. edição, S.P., Cortez, 1.985
- FAUSTO, Boris, CRIME E COTIDIANO, S.P., Brasiliense, 1.984
- FERNANDES, Florestan, FOLCLORE E MUDANÇA SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO, R.J., Vozes, 1.979
- FERREIRA, Rosa Maria F., MENINOS DE RUA, S.P., Ibrex, 1.979
- FONSECA, Claudia, A HISTÓRIA SOCIAL NO ESTUDO DA FAMÍLIA, in: Boletim Informativo Bibliográfico, n. 27, R.J., Vértice, 1.989
- FORACCHI, Marialice M. e MARTINS, José de Souza, SOCIOLOGIA E SOCIEDADE, R. J., Livros Técnicos e Científicos, 1.988
- FOUCAULT, Michel, VIGIAR E PUNIR, 5. edição, Petrópolis, Vozes, 1.987
- FREIRE, Gilberto, CASA GRANDE E SENZALA, R.J., José Olympio, 1.954
- FREIRE, Paulo, A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO, R.J., Paz e Terra, 1.982

FUKUI, Lia, et. al., "A QUESTÃO DO TRABALHO INFANTIL NA GRANDE IMPRENSA PAULISTA NA DÉCADA DE 70", in, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, 66(152):28-46, jan./abr. 1.985

FUKUI, Lia, et. al., SOCIEDADE CIVIL E EDUCAÇÃO, Coletânea CBE, Campinas, Papirus, 1.992

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1º edição, R.J., 1.986

GADOTTI, Moacir, "AÇÃO PEDAGÓGICA E PRÁTICA SOCIAL TRANSFORMADORA", S.P., in: Educação e Sociedade, n. 04, 1.979

GARCIA, Walter E., "PROPOSTAS EDUCACIONAIS DAS INSTITUIÇÕES DE MENORES CARENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO", in: Cadernos de Pesquisa, vol. 31, Fundação Carlos Chagas, dezembro de 1.979

GIACOMINI, Sonia, "A MÃE DE FAMÍLIA", in: Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, vol. 02, 1.985

GOFFMAN, Erving, MANICÔMIOS, CONVENTOS E PRISÕES, S.P., Perspectiva, 1.974

GOFFMAN, Erving, O ESTIGMA, 4. edição, R.J., Zahar, 1.982

GOLDANI, Ana Maria, "AS FAMÍLIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E O MITO DA DESESTRUTURAÇÃO", in: Cadernos Pagú, IFCH/UNICAMP, nº 01, 1.993

GONÇALVES, Zuila, MENINOS DE RUA E A MARGINALIDADE URBANA EM BELÉM, Belém, Salesianos do Pará, 1.979

GOODE, William, MÉTODOS EM PESQUISA SOCIAL, S.P., Companhia Editora Nacional, 1.979

GRUNSPUN, Feiga e Haim, ASSUNTOS DE FAMÍLIA, S.P., Kairós, 1.984

GUERRA, Viviane N. A., VIOLÊNCIA DE PAIS CONTRA FILHOS: PROCURAM-SE VÍTIMAS, S.P., Cortez, 1.985

GUIRADO, Marlene, A CRIANÇA E A FEBEM, S.P., Perspectiva, 1.980

GUIRADO, Marlene, INSTITUIÇÃO E RELAÇÕES AFETIVAS - O VÍNCULO COM O ABANDONO, S.P., Summus, 1.986

GURVITCH, Georges, A VOCAÇÃO ATUAL DA SOCIOLOGIA, S.P., Martins Fontes, 1.968

HERZER, A QUEDA PARA O ALTO, Petrópolis, Vozes, 1.986

IANNI, Octávio, SOCIOLOGIA DA SOCIOLOGIA, Ática, S.P., 1.989

KONDER, Giseli Vianna (tradutora), A CRISE DA FAMÍLIA, S.P., Paz e Terra, 1.971

KOSMINSKY, Ethel V., A INFÂNCIA ASSISTIDA, Tese de Doutorado, USP, 1.992

LAING, Robert D., A POLÍTICA DA FAMÍLIA, S.P., Martins Fontes, 1.971

LEITE, Lígia Costa, A MAGIA DOS INVENCÍVEIS, R.J., Vozes, 1.991

LEITE, Lígia, Costa, "REFERÊNCIAS CULTURAIS E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA", in: Cadernos CEDES, n. 33, Campinas, Papirus, 1.993

LEVI STRAUSS, Claude, A FAMÍLIA, ORIGEM E EVOLUÇÃO, S.P., Martins Fontes, 1.971

LÖWY, Michael, IDEOLOGIAS E CIÊNCIA SOCIAL, S.P., Cortez, 1.985

- MARTINS, José Souza, O MASSACRE DOS INOCENTES, S.P., Hucitec, 1.991
- MARX, Karl, O CAPITAL, vol. I, Abril Cultural, 1.983
- MENEZES, Maria Thereza C.G., EM BUSCA DA TEORIA: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA, R.J., Cortez, 1.993
- MINAYO, Maria Cecília, O LIMITE DA EXCLUSÃO SOCIAL: MENINOS E MENINAS DE RUA NO BRASIL, R.J., Hucitec, 1.993
- MOREIRA, Ana Angélica A., O ESPAÇO DO DESENHO: A EDUCAÇÃO DO EDUCADOR, S.P., Loyola, 1.984
- MORRISH, Ivor, SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO, R.J., Zahar, 1.973
- NEVES, Delma Pessanha, PALESTRA PROFERIDA NO I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE POPULAÇÃO DE RUA, S.P., Jun. 1.992, mimeo.
- NOGUEIRA, Oracy, PESQUISA SOCIAL, S.P., T.A. QUEIROZ, 1.987
- PATTO, Maria Helena S., A PRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR, S.P., T.A. Queiroz, 1.991
- PIAGET, Jean, A PSICOLOGIA DA CRIANÇA, S.P., Difel, 1.978
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e ADORNO, Sérgio, "VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, VIOLÊNCIA SOCIAL E ESTADO DE DIREITO", in SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 7(1):106-117, jan./março 1.993
- POSTER, Mark, TEORIA CRÍTICA DA FAMÍLIA, R.J., Zahar, 1.979
- PRIORE, Mary Del, HISTÓRIA DA CRIANÇA NO BRASIL, S.P., Contexto, 1.991

- QUEIRÓZ, José J., O MUNDO DO MENOR INFRATOR, 3. edição, S.P., Cortez, 1.987
- QUEIROZ, Maria Isaura P. O CARNAVAL BRASILEIRO, S.P., Brasiliense, 1.992
- REIS, José Roberto Tozzoni, "FAMÍLIA, EMOÇÃO E IDEOLOGIA", in: CODO, Wanderlei, PSICOLOGIA SOCIAL - O HOMEM EM MOVIMENTO, 4. edição, S.P., Brasiliense, 1.986
- RIBEIRO, Ivete e BARBOSA, M.L., O MENOR E A SOCIEDADE BRASILEIRA, S.P., Loyola, 1.987
- RIBEIRO, Ivete, FAMÍLIA E VALORES, S.P., Loyola, 1.987
- SAINT-PIERRE, Héctor, MAX WEBER, ENTRE A PAIXÃO E A RAZÃO, Campinas, Editora da unicamp, 1.994
- SALEM, Tania, O VELHO E O NOVO: UM ESTUDO DE PAPÉIS E CONFLITOS FAMILIARES, Petrópolis, Vozes, 1.980
- SAMARA, Eni M., A FAMÍLIA BRASILEIRA, S.P., Brasiliense, 1.987
- SECRETARIA DO BEM-ESTAR DE SÃO PAULO, POPULAÇÃO DE RUA, 2. edição, S.P., Hucitec, 1.994
- SÊDA, Edson, O NOVO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CBIA, Ministério de Ação Social, 1.991
- SILVA, Lídia Maria Monteiro R., SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: A LEGITIMAÇÃO DE UMA IDEOLOGIA, S.P., Cortez, 1.982
- SIRGADO, Angel Pino, "UMA PEDAGOGIA PARA O MENOR MARGINALIZADO", in: Educação e Sociedade, n. 05, janeiro de 1.980

SODRÉ, Muniz, O TERREIRO E A CIDADE, R.J., Vozes, 1.988

SPINDEL, Cheywa, CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MERCADO DE TRABALHO, S.P., Brasiliense, 1.989

SPOSITO, Marília Pontes, "A SOCIABILIDADE JUVENIL E A RUA: NOVOS CONFLITOS E AÇÃO COLETIVA NA CIDADE", in: TEMPO SOCIAL - REVISTA DE SOCIOLOGIA DA USP, S.P., USP, 5(1-2):161-178, 1.993, editado em novembro de 1.994

TILLY, Louise e SCOTT, Joan, LES FEMMES, LE TRAVAIL ET LA FAMILLE, Paris, Rivages, 1.987

VAINSENER, Semira A., CENTRO EDUCACIONAL DOM BOSCO: UMA EXPERIÊNCIA COM MENORES DE RUA, S/E., Recife, 1.987

VIOLANTE Maria Lúcia , O DILEMA DO DECENTE MALANDRO, 4. edição, S.P., CORTEZ, 1.985

WEBER, Max, CIÊNCIA E POLÍTICA - DUAS VOCAÇÕES, S.P., Cultrix, 1.972

WINICOTT, Donald, O BRINCAR E A REALIDADE, R.J., Imago, 1.975

ZALUAR, Alba, CIDADÃOS NÃO VÃO AO PARAÍSO, S.P., Escuta, 1.994